



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

DÉBORA KATARINE MENDES OLIVEIRA

**ENTRE VOZES E PERCEPÇÕES: A POLÍTICA DO LIVRO, LEITURA
E BIBLIOTECA SOB O OLHAR DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB**

**JOÃO PESSOA
2025**

DÉBORA KATARINE MENDES OLIVEIRA

**ENTRE VOZES E PERCEPÇÕES: A POLÍTICA DO LIVRO, LEITURA
E BIBLIOTECA SOB O OLHAR DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade
Federal da Paraíba.

ORIENTADORA: Prof^ª Dra Bernardina Maria
Juvenal Freire de Oliveira

**JOÃO PESSOA
2025**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48e Oliveira, Debora Katarine Mendes de.
Entre vozes e percepções: a Política do Livro,
Leitura e Biblioteca sob o olhar da pessoa
Bibliotecária na cidade de João Pessoa/PB / Debora
Katarine Mendes de Oliveira. - João Pessoa, 2025.
98 f. : il.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de
Oliveira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Políticas públicas do livro, leitura e
bibliotecas. 2. Atuação Política Bibliotecária. 3.
Percepção da pessoa Bibliotecária. 4. João Pessoa. 5.
Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Paraíba. 6.
Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bib PB. 7.
SEBP-PB. 8. PELLB-PB. I. Oliveira, Bernardina Maria
Juvenal Freire de. II. Título.


DÉBORA KATARINE MENDES OLIVEIRA

**ENTRE VOZES E PERCEPÇÕES: A POLÍTICA DO LIVRO, LEITURA
E BIBLIOTECA SOB O OLHAR DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB**


Trabalho de Conclusão de Curso como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia pela Universidade Federal da
Paraíba.

Aprovado em: 06/10/2025.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEI**
Data: 11/10/2025 16:27:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Orientador – DCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ALZIRA KARLA ARAUJO DA SILVA**
Data: 11/10/2025 16:16:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Alzira Karla Araújo da Silva
Examinadora – DCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **GILVANEDJA FERREIRA MENDES DA SILVA**
Data: 11/10/2025 16:40:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Me. Gilvanedja Mendes Ferreira da Silva
Examinadora – BC/UFPB

AGRADECIMENTOS

Nada do que sou é apenas meu. Sou a soma de presenças, vozes e silêncios que me acompanharam. Sou a estrada que não escolhi sozinha, mas que se fez passo a passo com tantos outros. Agradeço à minha mãe, pela vida e por sua força inspiradora que ecoa em minhas veias me tornando essa pessoa exigente e determinada.

À professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, que no primeiro dia de aula me deu não apenas uma disciplina, mas uma revelação. Ao ouvir sua história, vi-me refletida e chorei como quem encontra o próprio destino. Foi ali que a Biblioteconomia deixou de ser curso e se tornou vida. E a quem devo a construção deste trabalho, pois com sua humildade e amor pela docência me mostrou os caminhos que deveria percorrer nessa jornada.

À professora Gisele Cortês, que me abriu caminho ao indicar-me ao professor Henry Poncio de Oliveira como bolsista do PIBIC, mesmo sem me conhecer de verdade. Foi nesse gesto que a primeira oportunidade surgiu, a primeira bolsa PIBIC, que me reteve neste percurso. Ao professor Henry Poncio de Oliveira, agradeço a confiança e os ensinamentos que se somaram ao meu ser.

À professora Alzira Karla Araújo da Silva, que viu em mim o que eu ainda não ousava ver. Com sua paciência, ternura e rigor, mostrou que ensinar é mais do que transmitir — é também acreditar no outro. Sua humanidade é farol que se projeta além da sala de aula. À professora Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento por toda sua compaixão e amor ao ensino. Pelas palavras edificantes e conversas que alinharam minha visão de mundo.

Agradeço também aos demais professores que ao compartilharem seus conhecimentos contribuíram para minha construção profissional. Professora Joana Ferreira de Araújo, Luciana Ferreira da Costa, Alba Lima de Almeida Silva, Barbara Carvalho Diniz, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Meiriane, Guilherme, Markson Roberto Ferreira de Sousa, Carlos Xavier de Azevedo Neto, Rayan Aramis de Brito Feitoza, Edvaldo Carvalho Alves, Marynice de Medeiros Matos Autran, Claudialyne da Silva Araújo, Rosa Zuleide Lima de Brito, Genoveva Batista do Nascimento, Patricia da Silva, Edna Gomes Pinheiro, Edilene Toscano Galdino dos Santos, Ediane Toscano Galdino dos Santos e professora Rosilene Agapito da Silva Llarena.

À presidente da APB-PB, Gilvanedja Mendes Ferreira da Silva, por transformar política em prática viva. O projeto “Fortalecendo Laços, Construindo Pontes” foi mais do que extensão: foi chão concreto onde teoria e realidade se encontraram. Três anos ali foram três

anos de descoberta de mundo. Obrigada por sua paciência, humildade e por sua amizade. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos e mostrar que ser Bibliotecária é partilha!

Às amigas que são fragmentos de eternidade: Glória Estefanie dos Santos, cuja amizade atravessa os séculos da vida; Naele Matos de Souza, irmã escolhida nas risadas e na lealdade que resiste ao tempo. Aos colegas de curso, que foram companheiros na travessia: Thais Halane Soares de Araújo, uma irmã que a vida me deu e com quem compartilhei momentos de alegrias, tristezas, euforias e conversas sagitarianas. Líllian Lopes de Castro, pela parceria de sempre e pela lealdade que só uma amizade verdadeira é capaz de proporcionar. Sofia do Nascimento Herculano, Maria Erika Alves Dias de Oliveira, Álvaro da Cunha Rodrigues, Luan Gomes Machado da Silva, Ariadne Carvalho Guimarães, Márcia Fernanda Camilo dos Santos — nomes que são memória do trabalho coletivo, no Levantamento das Bibliotecas Escolares Públicas de João Pessoa. Paloma, presença pela amizade sincera e pelo companheirismo nos momentos mais conflituosos.

Katiane da Cunha Souza, bibliotecária de diálogos e confidências, que provaram que até a leveza pode ensinar. Ao Centro Acadêmico de Biblioteconomia que constitui parte do que sou hoje e fortaleceu em mim a necessidade pela luta social e política.

E, sobretudo, à minha companheira de vida. A que partilha comigo o trivial — o Trento, a pizza, as camisas — e o essencial — o consolo, a lágrima, a esperança, o amor. A única diante de quem não escondo meus abismos. Seus olhos cor de uísque são vertigem e serenidade, embriaguez e repouso. É nela que me encontro inteira, mesmo quando estou em pedaços. Com você o mundo é completo. Amo você, hoje e pra sempre.

Tudo que aqui se escreve é apenas um reflexo. Eu não seria este trabalho, nem esta pessoa, sem cada presença que se inscreveu em mim. Sou muitos, e nesta multiplicidade me descubro inteira.

*“Reconhecer e executar políticas públicas de
informação, implica em dar acesso a todos os modos de
leitura de mundo inscritos nos mais diferentes
suportes.”*

- Jemima Marques¹.

¹ Costa, Luciana Ferreira da. Jemima Marques de Oliveira: origens, vida, contribuições, lembranças e saudades. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. v. 20, p. 1-20, maio. 2024. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2067>. Acesso em: 29 set. 2025.

RESUMO

Este trabalho investiga a percepção e atuação da pessoa bibliotecária frente às políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa/PB. Partindo do contexto latino-americano e do conceito de Abya Yala, o estudo reconhece a biblioteca como um dispositivo cultural que pode tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como ferramenta de emancipação. A pesquisa foi orientada pela questão central: qual a percepção da pessoa bibliotecária sobre as políticas públicas e qual sua atuação neste campo no contexto municipal? O percurso metodológico adotou uma abordagem quali-quantitativa, utilizando questionário aplicado a bibliotecárias e bibliotecários atuantes em João Pessoa, recrutados por meio da Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APB-PB). O referencial teórico estabeleceu as políticas públicas como processos dinâmicos, onde tanto a ação quanto a omissão estatal são reveladoras de prioridades políticas. A análise histórica demonstrou que as políticas para o livro e leitura no Brasil carregam um legado centralizador desde o Instituto Nacional do Livro (1937), com avanços normativos significativos como a Política Nacional de Leitura e Escrita (2018) e as leis de universalização das bibliotecas escolares (12.244/2010 e 14.837/2024). Contudo, estes marcos convivem com uma crônica instabilidade institucional e dificuldades de implementação. No cenário local, identifica-se um "vazio de gestão" em João Pessoa, cuja ausência de um plano municipal impede a articulação das políticas estaduais e federais com as necessidades do território. Os resultados empíricos revelaram um perfil profissional qualificado - majoritariamente mulheres com pós-graduação e experiência - mas atravessado por contradições significativas: reconhecimento da importância das políticas públicas (100% atribuíram nota máxima) convive com lacuna formativa na área (57,1% não estudaram o tema na graduação); alta filiação a entidades de classe contrasta com baixa participação em instâncias deliberativas; crença no potencial transformador individual (100%) coexiste com percepção de desunião coletiva (71,4%); e crítica à desvalorização profissional não se converte em estratégia organizada de luta por reconhecimento. Estas dissonâncias explicam a fragilidade política da categoria e apontam para a necessidade de superar o modelo de "Biblioteconomia técnica" em favor de uma "Biblioteconomia política". Como caminhos de superação, o estudo recomenda: institucionalização de fóruns permanentes de articulação; desenvolvimento de estratégias sistemáticas de *advocacy*; estabelecimento de protocolos de relacionamento com o poder público; e construção de alianças com movimentos sociais da educação e cultura. A transformação da realidade das bibliotecas em João Pessoa dependerá, fundamentalmente, da capacidade da pessoa bibliotecária em constituir-se como sujeito político coletivo, capaz de traduzir sua qualificação técnica em poder de influência política.

Palavras-Chaves: políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas; atuação política bibliotecária; percepção da pessoa bibliotecária.

ABSTRACT

This research investigates the perception and professional role of librarians regarding public policies on books, reading, and libraries in the municipality of João Pessoa, Paraíba (PB), Brazil. Grounded in the Latin American context and the concept of *Abya Yala*, the study recognizes the library as a cultural device that can either reproduce social inequalities or serve as an instrument of emancipation. The research was guided by the central question: what is the librarian's perception of public policies, and how do they act within this field at the municipal level? A mixed-methods approach was adopted, combining qualitative and quantitative perspectives. Data were collected through a questionnaire administered to librarians working in João Pessoa, recruited via the Professional Association of Librarians of Paraíba (APB-PB). The theoretical framework conceives public policies as dynamic processes in which both state action and omission reveal political priorities. The historical analysis demonstrated that book and reading policies in Brazil carry a centralizing legacy since the establishment of the National Book Institute in 1937, alongside significant normative advances such as the National Policy for Reading and Writing (2018) and the laws mandating the universalization of school libraries (Laws 12.244/2010 and 14.837/2024). However, these milestones coexist with chronic institutional instability and persistent implementation challenges. At the local level, the research identified a “management vacuum” in João Pessoa, where the absence of a municipal plan prevents the alignment of state and federal policies with the specific needs of the territory. Empirical findings revealed a highly qualified professional profile—predominantly women with postgraduate degrees and experience—yet marked by significant contradictions: the acknowledgment of the importance of public policies (100% assigned the highest rating) coexists with a formative gap in the field (57.1% did not study the topic during their undergraduate education); strong affiliation with professional associations contrasts with low participation in decision-making bodies; belief in individual transformative potential (100%) coexists with a perception of collective disunity (71.4%); and criticism of professional devaluation has not translated into organized strategies for recognition. These dissonances reveal the political fragility of the profession and highlight the need to overcome the model of a “technical librarianship” in favor of a “political librarianship.” As pathways for transformation, the research recommends the institutionalization of permanent forums for coordination, the development of systematic *advocacy* strategies, the establishment of communication protocols with public authorities, and the building of alliances with social movements in education and culture. The transformation of the library landscape in João Pessoa will ultimately depend on the librarian's ability to constitute themselves as a collective political subject capable of translating technical expertise into political influence.

Keywords: public policies on books, reading, and libraries; librarians' political engagement; librarians' perception.

LISTA DE SIGLAS

ABDF	Associação de Bibliotecários do Distrito Federal
APB-PB	Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba
CERLAIC/ CERCLAIC	Centro Regional para o Livro na América Latina e Caribe
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CMJP	Câmara Municipal de João Pessoa
DLLL/DLLLB	Diretoria do Livro, Leitura e Literatura/ Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INL	Instituto Nacional do Livro
MEC	Ministério de Educação
MinC	Ministério da Cultura
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
PELLLB-PB	Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Paraíba
PNL	Plano Nacional do Livro
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPLLB	Políticas Públicas para o Livro, Leitura e Bibliotecas
SLL	Secretaria do Livro e Leitura
SNB	Serviço Nacional de Bibliotecas
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVO GERAL	17
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
2	POLÍTICAS PÚBLICAS: DO DEBATE CONCEITUAL ÀS POLÍTICAS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS	18
2.1	O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO	19
2.2.1	Do Instituto Nacional do Livro ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	20
2.2.2	Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas	28
2.2.3	Marcos legais: as leis 12.244/2010 e 14.837/2024 para universalização das Bibliotecas Escolares e criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares	32
2.2.4	O cenário paraibano e pessoense: SEBP-PB, PELLB e a ausência de um Plano Municipal para o Livro, Leitura e Bibliotecas	34
3	PERCURSO METODOLÓGICO	37
4	PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA SOBRE E NA POLÍTICA DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA	42
4.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	42
4.2	PERFIL PROFISSIONAL	43
4.3	ANÁLISE EM RELAÇÃO ÀS PERCEPÇÕES DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	48
4.4	DESCRIÇÃO COM RELAÇÃO ÀS PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	54
4.5	CARACTERIZAÇÃO DAS PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS	63
4.6	AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE E OBSTÁCULOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS	73
4.7	RECOMENDAÇÕES	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87

REFERÊNCIA	92
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS	99

1 INTRODUÇÃO

Na atual sociedade, especialmente na América Latina, no campo das Bibliotecas, tem-se reforçado o discurso contra colonial crítico. Esse pensamento, articulado em torno do conceito de Abya Yala - denominação originária do povo Kuna (Panamá e Colômbia) que significa “terra madura” ou “terra em plena vida”-, nos convoca a uma reflexão profunda sobre a estrutura histórica colonial de exclusão que impactou e impacta diretamente o nosso acesso a direitos básicos. Duque-Cardona (2018), provoca-nos à reflexão ao propor que compreendamos a biblioteca a partir de Abya Yala, isso implica reconhecê-la como um dispositivo cultural que pode tanto perpetuar quanto combater os mecanismos de desigualdade social, dependendo de como articula suas funções sociais e suas tecnologias de poder, como as práticas de leitura, escrita e oralidade (LEO).

Nesse contexto, umas das maiores dificuldades que permeiam o continente se manifesta pela precarização e descontinuidade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas. Essa descontinuidade não é um mero acidente administrativo, mas um sintoma da frágil priorização dessas políticas como ações afirmativas capazes de operar uma transformação social. Como afirmam Camillo e Castro Filho (2020), embora numericamente expressivas, as políticas voltadas para o livro e leitura na Latino-América ainda falham em promover equidade educacional, pois muitas vezes estão ancoradas em um “lugar de enunciação” hegemônico e desconectado dos territórios e comunidades, reproduzindo, assim, capital cultural excludente.

No Brasil, o descaso com essas políticas públicas reflete no índice de analfabetismo persistente. Nas últimas pesquisas sobre a temática que datam de 2024 os estados brasileiros com maior índice de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais foram Alagoas (14,3%), Piauí (13,8%) e **Paraíba com 12,8%** (Paraíba é o terceiro estado..., 2025). Em João Pessoa esse índice foi de 8,1% em 2024, um crescimento de 0,5% comparado ao índice de 2023 (Taxa de analfabetismo na Paraíba..., 2025). A partir dos dados em tela percebe-se inúmeros desafios que não se configuram apenas no campo educacional, mas também da insuficiência de mecanismos públicos capazes de promover o acesso à leitura de forma efetiva.

Vale frisar que desde 2010 a lei 12.244/2010 determina a obrigatoriedade de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do país, entretanto, a ausência de seu cumprimento em todas as esferas, quer seja pública ou privada, requereu uma recentemente

atualização, que se materializou por meio da lei 14.837/2024, que instituiu a criação do sistema nacional de bibliotecas escolares (SNBE). Apesar do esforço por meio do arcabouço legal, ainda é insuficiente para efetivação do acesso à biblioteca. Apesar da importância desse instrumento legal, a efetivação da universalização das BPEs permanece distante da realidade, a exemplo do Estado da Paraíba que inexistia um plano, programa ou projeto que fortaleça e efetive a supracitada lei, ou ainda do Estado do Ceará em que o Deputado estadual Guilherme Sampaio² propôs, via projeto de indicação, a autorização para que o Estado do Ceará ofereça cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia para professores da rede estadual, visando formar “professores bibliotecários”. A proposta, amplamente criticada por representar um desserviço à educação e um desrespeito à profissão de bibliotecário, legalmente regulamentada pela Lei nº 4.084/1962, ilustra a falta de compreensão sobre o papel do profissional bibliotecário e a fragilidade política da categoria, que precisa lutar não apenas pela implementação da lei, mas também contra interpretações distorcidas que ameaçam sua própria razão de ser.

Por outro lado, vale ressaltar que a única iniciativa em prol da biblioteca escolar na Paraíba, ocorreu em 2017, na Câmara dos vereadores de João Pessoa, capitaneada pelo Vereador Lucas de Brito, que às vésperas de um novo processo eleitoral passou a destacar a necessidade de cumprir o estabelecido na lei 12.244/2010. Na época, das 97 escolas municipais, apenas 26 tinham bibliotecas, apontado pelo diretor de gestão curricular da secretaria de educação e cultura, Gilberto Cruz, de João Pessoa do referido ano (Escolas de JP tem até 2020..., 2017).

No âmbito das bibliotecas públicas, o estado paraibano implementou em 2023 o Decreto nº 43.991/2023 que estabeleceu a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP-PB), cuja Diretoria estaria sediada nas dependências da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista, no Espaço Cultural José Lins do Rêgo. Sistema que seria responsável por coordenar e instituir a política estadual de bibliotecas públicas do estado da Paraíba.

Apesar da institucionalização, pouco se ouve falar nas ações do Sistema em defesa da implantação e manutenção das Bibliotecas Públicas, tornando-lhe quase invisível aos olhos daqueles que ingressaram ou ingressarão na profissão, bem como àqueles que já se encontram no exercício profissional. Apesar do estado atual do Sistema estadual, recentemente houve a promulgação da lei 13.234/2024 que instituiu o plano estadual do livro, leitura, literatura e biblioteca do Estado (PELLLP). Contudo, apesar do arcabouço legal em vigência observa-se, ainda que empiricamente, uma desarticulação entre essas políticas, sobretudo no município de

² https://www.instagram.com/reel/DOZ61egjfsT/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

João Pessoa, dificultando a efetivação e universalização do acesso à leitura e à informação. Essa desarticulação pode ser percebida através da desconexão entre esferas de governo, pois, embora exista um plano estadual do livro e leitura (PELLLP - Lei 13.234/2024), um sistema estadual de bibliotecas públicas (Decreto nº 43.991 - SEBP-PB) e uma lei federal (12.244/2010 - Universalização das BPEs), não há um plano municipal do livro, leitura e bibliotecas que articule e adapte essas diretrizes à realidade local, criando uma espécie de “vazio” de gestão.

Realidade que nos afeta enquanto aluna de biblioteconomia, uma vez que se observa, um certo descaso em relação às bibliotecas na cidade de João Pessoa. Essa negligência estrutural compromete não apenas o acesso à leitura, ao livro e às bibliotecas, mas perpetua um ciclo de exclusão social e analfabetismo funcional que impacta diretamente o desenvolvimento cultural e a formação da população. A ausência de políticas públicas integradas e a falta de investimentos contínuo evidencia a precariedade do sistema local, que necessita, antes de qualquer outra ação, do comprometimento político para implementar e fortalecer as bibliotecas como instrumento de democratização do conhecimento. As leis existem, mas parecem esbarrar em uma espécie de inércia governamental, associada ainda a ausência de fiscalização e controle social. Percepções que culminam e se caracterizam como um sintoma de quem não compreendeu ainda que a biblioteca é uma ferramenta crucial de combate às desigualdades sociais.

Diante desse contexto fica evidente que a efetivação das políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca demanda uma participação social ativa e qualificada. Nesse cenário, o profissional bibliotecário, como agente fundamental na ponta da promoção do acesso à leitura e informação, possui uma perspectiva única e um potencial de atuação estratégica. Voltando então o olhar para esse profissional, indaga-se: *qual a percepção da pessoa bibliotecária sobre políticas públicas e qual sua atuação no campo no município de João Pessoa?*

Com o intuito de estruturar a discussão proposta, este trabalho está organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, o capítulo 2 dedica-se ao referencial teórico, abordando o conceito de políticas públicas e traçando um panorama histórico das políticas para o livro, leitura e bibliotecas no Brasil, com ênfase nos marcos legais recentes e no cenário específico da Paraíba e de João Pessoa. O capítulo 3 detalha o percurso metodológico, explicando a abordagem quali-quantitativa, os instrumentos de coleta de dados e o perfil dos sujeitos da pesquisa. No capítulo 4, são apresentados e analisados os resultados, discutindo o perfil socioprofissional dos respondentes, suas percepções sobre as políticas públicas e suas formas

de atuação política no contexto municipal. Por fim, o capítulo 5 sintetiza as considerações finais, retomando as principais conclusões, apontando limitações do estudo e propondo recomendações para o fortalecimento da participação da pessoa bibliotecária

Com vistas a responder a indagação norteadora da pesquisa, traçamos os objetivos que seguem.

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a percepção da pessoa bibliotecária acerca das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas sua atuação no município de João Pessoa/PB.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o perfil dos respondentes;
- Descrever as percepções da pessoa bibliotecária sobre as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas;
- Mapear as formas de atuação das pessoas bibliotecárias diante das políticas públicas no contexto municipal;
- Discutir os desafios e potencialidades da inserção das pessoas bibliotecárias nas políticas públicas voltadas à área de informação em João Pessoa/PB.
- Propor recomendações para fortalecer a participação da pessoa bibliotecária na formulação e execução das políticas públicas em João Pessoa

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: DO DEBATE CONCEITUAL ÀS POLÍTICAS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Esta seção tem por objetivo delimitar o campo teórico-conceitual que fundamenta a análise deste trabalho. Iniciasse com o debate sobre o conceito de políticas públicas, apresentando as diversas perspectivas que cercam o tema, para então situar o debate no contexto brasileiro pós-Constituição de 1988. A partir dessa base conceitual, o capítulo avança para o exame específico das políticas públicas direcionadas ao livro, leitura e bibliotecas, traçando um panorama histórico que contextualiza a gênese e a evolução dessas políticas no país, o que será fundamental para compreensão da análise empírica que se segue.

2.1 O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Discutir políticas públicas implica adentrar um campo marcado pela diversidade teórica e pela ausência de consenso. Essa pluralidade decorre de diferentes enfoques teóricos, contextos históricos e compressões sobre o papel do Estado e dos atores sociais. Como observam Secchi, Coelho e Pires (2020, local. 17), a própria palavra “política” comporta significados distintos, *polity*, *politics* e *policy*, sendo este último o que se relaciona mais diretamente com as políticas públicas, entendidas como “[...] orientações para a decisão e ação”.

Nesse sentido, as políticas públicas podem ser compreendidas como diretrizes elaboradas para enfrentar um problema público, ou seja, sua razão de ser é “[...] o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (Secchi; Coelho; Pires, 2020, local. 18). No entanto, a literatura especializada apresenta divergências quanto a aspectos fundamentais, o que Secchi, Coelho e Pires (2020) denominam de “nós conceituais”:

1 - Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? ou também por atores não estatais? 2 - Políticas públicas também se referem à omissão ou à negligência? 3 - Apenas diretrizes estruturantes são políticas públicas? ou as diretrizes mais operacionais também podem ser consideradas políticas públicas?” (Secchi; Coelho; Pires, local. 17 2020).

Diante dessas questões, Souza (2007, local. 7) define políticas públicas como “[...] o Estado em ação”, incluindo tanto decisões quanto omissões governamentais, e enfatiza a necessidade de analisar intenções, processos e resultados. Já Saraiva (2006) entende como um fluxo dinâmico de decisões orientadas a manter ou modificar a realidade social. Parada (2006)

destaca seu caráter resolutivo, dependente de clareza de objetivos, viabilidade política e participação democrática.

No contexto brasileiro, Porto e Diehl (2016) vinculam as políticas públicas à concretização dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, reforçando seu papel como instrumento de efetivação da cidadania. Segundo os autores a Carta Constitucional “[...] além de definir o norte para as ações governamentais, instituiu diretrizes mínimas para as garantias de direitos sociais e, por consequência, da cidadania” (Porto; Diehl, 2016, p. 238).

A consolidação das políticas públicas no Brasil está intrinsecamente ligada ao processo de redemocratização e à promulgação da Constituição Federal de 1988. Este marco jurídico representou uma ruptura com o legado autoritário do regime militar, ao atribuir ao Estado a obrigação de garantir direitos sociais fundamentais, como saúde, educação, cultura e assistência social, por meio de políticas estruturadas e participativas.

Como destacam Porto e Diehl (2016), a Constituição de 1988 representou o início da reforma Estatal, ao colocar em prática a democratização do acesso a serviços e à participação cidadã. Nesse sentido, ocorreu um deslocamento do foco das políticas públicas no Brasil, passando-se “[...] para a produção de ferramentas que se destinam a examinar as verdadeiras necessidades sociais” (Porto; Diehl, 2016, p. 239).

Nesse cenário, as políticas públicas assumiram um caráter constitucional, tornando-se instrumentos essenciais para a redução das desigualdades históricas e a promoção da justiça social. Elas representam, portanto, não apenas ações governamentais, mas mecanismos de efetivação de direitos e de inclusão social, especialmente em um país marcado por profundas assimetrias (Porto; Diehl, 2016; Parada, 2006).

Partindo de todas essas análises fica nítido a importância das políticas públicas como instrumento de ação com o objetivo de reparar a situação de precariedade, marginalização, subalternização e negligência que marcam a histórica política e social do Brasil. Num cenário em que desigualdades sociais são expressivamente explícitas no dia a dia do país, as políticas públicas se tornam essenciais para que o Estado atue como instituição responsável por fomentar o bem estar social da população e garantir os direitos fundamentais.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

As políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas representam um conjunto de ações estratégicas voltadas à promoção do acesso à cultura escrita, à formação de leitores e ao fortalecimento de espaços de democratização do conhecimento, como as bibliotecas. No

contexto brasileiro, tais políticas ganharam maior visibilidade a partir da criação do Instituto Nacional do Livro (1937-1992), do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (1992), Plano Nacional do Livro e Leitura (2006), Política Nacional de Leitura e Escrita (2018) e as leis 12.244/2010 e 14.837/2024 que instituem estratégias permanentes para fomentar o livro, leitura, literatura e as bibliotecas escolares.

2.2.1 Do Instituto Nacional do Livro ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

Para analisar o surgimento da primeira política nacional para o livro e bibliotecas é crucial compreender o cenário político e social do Brasil na década de 30. Nesse período, o país carregava os traços profundos de mais de três séculos de colonização, refletidos em desigualdades estruturais, em alarmantes índices de analfabetismo e resquícios de uma visão ainda colonizada. Diante dessa realidade excludente, embora as bibliotecas já existissem em algumas capitais desde o século XIX, permaneceram como instituições de acesso restrito, voltadas majoritariamente às elites letradas. Esse cenário é sintetizado por Araújo (2002, p.18) ao afirmar que

Durante toda a existência da velha república (1889/1930), as bibliotecas públicas, criadas pelos governos estaduais e municipais, foram pouquíssimas. O alto índice de analfabetismo do país representava a ausência de leitores, o que prejudicava o esforço para aumentar o número de bibliotecas públicas. E, por outro lado, a ausência de políticas educacionais que buscassem, efetivamente, a diminuição ou erradicação do analfabetismo no país, contribuía para que este quadro se mantivesse inalterado (Araújo, 2002, p. 18).

Contudo, é crucial interpretar esse cenário para além de uma leitura funcionalista. O analfabetismo e a escassez de bibliotecas não se relacionavam como causa e efeito, mas como sintomas gêmeos de uma mesma herança colonial: a da exclusão como política. Num país estruturado como agrário-exportador, latifundiário e escravocrata (Ferraro, 2002), a educação popular simplesmente não era prioridade, ou sequer entendida como um problema. Como destacado por Paiva (1990), a questão do analfabetismo “não esteve posta” durante maior parte de nossa história. Essa omissão não era acidental; refletia um projeto de manutenção de privilégios e de controle social. Nesse cenário, onde o Estado não priorizava a igualdade social, a falta de leitores servia como conveniente justificativa para a omissão do Estado em criar mecanismos de democratização.

Segundo Ferraro (2002) apenas com a Lei Saraiva (1881), inserida no contexto da “questão eleitoral” que marcou o declínio do império, é que o analfabetismo emergiu como

“problema nacional”. Ainda segundo o autor, ela não surgiu como uma preocupação pedagógica ou econômica, e sim como uma justificativa política para excluir grande parte da população do direito ao voto já que para os governantes da época era perigoso deixar que uma maioria de pessoas que não sabiam ler nem escrever tivessem direito ao voto, pois a taxa de analfabetismo era de 82,3% entre pessoas de cinco anos ou mais em 1872 (Ferraro, 2002). Essa visão fica nítida ao analisarmos o discurso do ministro da Justiça da época, Lafaiete Rodrigues Pereira, reproduzido por Holanda (1977, p. 215):

[...] admita-se, senhores, que oito décimos da população brasileira do império se compõe de analfabetos, eu pergunto-vos: a ignorância, a cegueira, porque se torna vasta e numerosa, porque se generaliza, adquire direito de governar? Se há no império 8/10 de analfabetos, esses 8/10 devem ser governados pelos 2/10 que sabem ler e escrever. O governo não pode pertencer à ignorância e à cegueira. (Holanda, 1977, p. 215).

Assim, a falta de leitores não era causa, mas consequência de um estado que deliberadamente não investia em mecanismo de democratização do acesso à cultura escrita. A omissão estatal era, na verdade, uma estratégia de manutenção do poder pelas elites, que viam na educação popular uma ameaça à ordem estabelecida.

Com a revolução de 1930 e a consequente ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciou-se a construção de um projeto nacionalista que ultrapassava as esferas política e econômica. Este projeto não era movido apenas por uma ideologia nacionalista, possuía uma forte motivação econômica. A transição do modelo agrário-exportador para a indústria demandava uma mão de obra com qualificação mínima e a construção de uma imagem de um “Brasil moderno”. Como aponta Caldas (2005 *apud* Cordeiro, 2018), o objetivo estatal com a propagação da leitura e a ampliação da rede escolar não era prioritariamente “[...] privilegiar a formação de leitores, mas possibilitar a aquisição de ‘alguns signos linguísticos, o essencial para sobreviver em situação específica de certos locais de trabalho’”.

Este projeto encontrou seu ápice com a instauração do Estado Novo em 1937, regime marcado pela centralização política, extinção das liberdades e por um intervencionismo estatal que se estendia a todas as esferas da vida social, visando uma “modernidade conservadora” (More Júnior, 1975 *apud* Oliveira, 2025).

É nesse ambiente que emerge, em 1937, o Instituto Nacional do Livro, inicialmente criado como Instituto Cairu com o objetivo único de publicar uma enciclopédia brasileira, e transformado em INL pelo Decreto-Lei nº 93 no mesmo ano, ampliando suas atribuições, representando a primeira política nacional estruturada em torno do livro. Subordinado ao

Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema, o INL tinha como foco central a política do livro, atuando na edição e distribuição de obras, e na extensão dessa política para bibliotecas públicas através de convênios com prefeituras (Paiva, 2008).

Conforme Araújo (2002, p. 19), “[...] a criação do INL corresponde a uma necessidade, ou seja, é sentida a necessidade de se criar uma instituição cultural que cuide das questões do livro e das bibliotecas”. Essa percepção de “necessidade” era alimentada não apenas pelo projeto ideológico de identidade nacional, mas também por pressões econômicas concretas. A crise da década de 1930, aliada ao alto custo das importações de livros europeus, mobilizou intelectuais das classes médias urbanas e criou um ambiente favorável para uma iniciativa estatal que fortalecesse a produção editorial interna.

Além disso, conforme demonstra Oliveira (2025), essa “necessidade” era também estratégica, inserindo-se em um calculado projeto de comunicação de massa do Estado Novo. A criação do INL e sua intensa divulgação via PNDOB (Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas) atendia à necessidade de popularizar uma imagem de Estado mecenas e promotor da cultura, ocultando, sob o véu do nacionalismo ufanista, seu caráter centralizador e controlador.

Legalmente, as atribuições do INL giravam em torno de quatro eixos principais:

organizar e publicar a Enciclopédia brasileira e o dicionário da língua nacional; editar obras raras ou preciosas consideradas de interesse nacional; ampliar e baratear a edição de livros nacionais e a importação de obras estrangeiras; e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas. (Brasil, 1937).

No entanto, sua atuação revelou uma tensão entre o discurso de democratização do livro e a prática de centralização nacional. Essa tensão expunha a contradição inerente ao projeto do Estado Novo; a tentativa de construir uma identidade nacional unificada “de cima para baixo”. Operacionalmente, esta condição se traduziu em uma política quantitativa e centralizadora. O objetivo era criar o maior número possível de bibliotecas municipais, mas os acervos eram padronizados e selecionados por uma comissão de intelectuais no Rio de Janeiro, frequentemente descolados das necessidades e realidades locais diversas (Oliveira, 1994; Paiva, 200). Dessa forma, a política do INL operava uma dupla face: ao mesmo tempo em que expandia fisicamente o acesso ao livro, restringia ideologicamente o seu conteúdo, tornando-se um instrumento eficaz do que Oliveira (2025) chamaria de “organização moral e cívica da sociedade” sob a égide do autoritarismo.

Esse caráter contraditório do INL fica ainda mais evidente quando analisamos seu funcionamento à luz do aparato de propaganda de Estado Novo. Longe de ser uma iniciativa neutra ou puramente cultural, o Instituto estava profundamente imbricado com o projeto ideológico do regime. Conforme demonstra Oliveira (2025), a atuação do INL não pode ser dissociada do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão ao qual estava relacionado e que tinha como função elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime.

De acordo com Oliveira (2025, p. 98):

[...] o projeto político-educativo tinha como expansão utilizar os meios de duas instituições que se relacionavam: o INL atentava-se ao plano de construir conteúdo educacional e cultural, o DIP em fiscalizar e promover os feitos e gerar influência social, por meio de divulgações nos meios mídia de massa. O primeiro tinha por objetivo promover, em todo o país, os serviços destinados ao desenvolvimento integral da personalidade humana, incluindo-se a abrangência das atividades concernentes ao conteúdo bibliográfico e ao tratamento dos assuntos relativos ao preparo do espírito e ao seu contínuo aprimoramento. O segundo visava fiscalizar as obras culturais e intelectuais nacionais para fomentar o populismo e fiscalizar os diversos meios de informação em nome da honra e da moral brasileira (Oliveira, 2025, p. 98).

Suas ações eram guiadas por um Plano de Divulgação de Obras Bibliográficas (PNDOB), que estabelecia diretrizes rígidas para publicidade do instituto, determinando que as notícias veiculadas na imprensa deveriam seguir uma “orientação Constitucional Brasileira” e uma “Orientação Nacional Brasileira” (Brasil, 1938 *apud* Oliveira, 2025). Nesse esquema, cabia ao DIP a fiscalização e a censura prévia, garantindo que apenas as “ideias sadias” (Oliveira, 2025), aquelas alinhadas ao regime, fossem divulgadas, enquanto o INL atuava na produção e distribuição massiva desse conteúdo filtrado, como uma grande editora estatal.

A atuação do DIP como órgão fiscalizador, direcionando o que pode ser publicado e divulgado, destaca o controle exercido pelo governo sobre o conteúdo intelectual produzido durante esse período. Em contrapartida, o INL busca produzir livros que abranjam diversos campos intelectuais, indicando uma tentativa de equilibrar a conformidade ideológica com a diversidade de conteúdo (Oliveira, 2025).

O objetivo era que o instituto desse “[...] aos brasileiros leituras de suaves tendências espirituais, para a serenidade psíquica, o controle dos êxitos individuais, das energias aproveitadas, dos ideais mais nobres” (Brasil, 1938 *apud* Oliveira, 2025). Dessa forma, a ampliação do acesso operada pelo INL era intrinsecamente ligada a um projeto de doutrinação e controle ideológico.

No âmbito desse novo enfoque estado-novista, a proposta consistia em impulsionar o âmbito da produção literária no país. Isso se concretizaria por meio da criação de um instituto alinhado às ideologias nacionalistas de Vargas, deixando uma marca significativa na literatura brasileira com sua abordagem nacionalista. Esse instituto, batizado como Instituto Nacional do Livro (INL), desempenharia funções específicas no contexto político-educacional do Estado Novo (Bomeny, 1999 *apud* Oliveira, 2025, p. 76).

Dessa forma, a ampliação do acesso ao livro e às bibliotecas, ainda que real, servia a um propósito maior de doutrinação e controle social. O Estado não apenas fornecia o livro, mas definiria rigidamente qual livro e qual ideia era digna de circular. A “democratização” era, portanto, seletiva e instrumentalizada: uma ferramenta para forjar uma identidade nacional unificada sob a égide do autoritarismo, perpetuando novas formas de exclusão ao canonizar apenas narrativas e autores que concordam com a visão oficial do regime.

Assim, o INL configurou-se como o ponto de partida para as políticas de livro e leitura no Brasil, mas seu legado imediato foi ambíguo. Como sintetiza Milanesi (1997), o INL preocupou-se muito mais em fomentar o mercado editorial do que estimular uma política de expansão das bibliotecas públicas ou quaisquer políticas de democratização da leitura. Se por um lado ele inaugurou o papel do Estado como fomentador de um possível acesso à leitura, de outro também se firmou como controlador do circuito do livro e da leitura no país.

Sua existência, de 1937 a 1990, foi caracterizada, com breves períodos de respiro democrático, pelo controle autoritário, valor subjacente a todos os programas do Estado Novo, e que teve continuidade principalmente no período da ditadura civil-militar de 1964 (Bragança, 2010). A tensão entre modernização e conservadorismo, e a subordinação da política dos livros aos desígnios da política educacional e ideológica, seriam marcas persistentes que atravessam as diversas fases do Instituto, desde sua criação em 1937 até sua extinção em 1990, sempre espelhando as contradições e os projetos em disputa na sociedade brasileira.

O legado ambíguo e centralizador do INL, no entanto, não se encerrou com o fim do Estado Novo. O instituto permaneceria como principal instituição federal para o livro e as bibliotecas por décadas, sua estrutura verticalizada e sua lógica intervencionista mostrando uma resiliência inquietante, sobrevivendo a diferentes governos e contextos políticos. A transição para um novo modelo, efetivamente público, sistêmico e descentralizado, seria lenta, conturbada e marcada por falsos começos, avanços e recuos, espelhando as próprias contradições do processo de modernização do Estado brasileiro, que muitas vezes confunde centralização com eficiência.

A primeira tentativa significativa de romper com o paradigma centralizador do INL ocorreu em 1961, ainda durante o período democrático pré 1964, com a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB). Desvinculado do INL e subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura, o novo serviço representava um avanço conceitual importante. Suas atribuições, definidas pelo decreto nº 51.223, incluíam funções modernas para a época, como:

- a) Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográficos entre as bibliotecas do País;
- b) Estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais e bibliotecas;
- c) Colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas;
- d) Promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que sirva a todo o Território Nacional (Brasil, 1961, p. 1).

Conforme analisa Bragança (2009, p. 241), essa medida “[...] retirava grande parte das atribuições do INL”, configurando uma tentativa de reorganizar a política bibliotecária nacional sob uma perspectiva mais sistêmica.

No entanto, a implementação do SNB já nasceu marcada por uma contradição fundamental. Em vez de reformular e fortalecer a Seção de Bibliotecas do INL, o governo optou por criar uma estrutura paralela. Esta decisão replicou o vício histórico da administração pública brasileira: a fragmentação institucional e a duplicação de esforços. Como observam Siqueira, Machado e Lück (2018, p. 31), “[...] evidencia-se nesse caso uma sobreposição de instituições num mesmo Ministério, dividindo forças e fragilizando ambas”. Na prática, criou-se uma situação em que dois órgãos do mesmo ministério disputavam recursos e atribuições sobre a mesma política, dilapidando esforços e fragilizando ambas as iniciativas.

O novo serviço foi criado com atribuições mais abrangentes do que a Seção de Bibliotecas do INL. Em seu decreto, e posteriormente no seu regulamento, evidencia-se atribuições que dão um caráter sistêmico para o órgão, a exemplo das atribuições que envolvem a formação cooperativa, a aquisição planejada, entre outras. No entanto, pouco se sabe sobre as atividades efetivas desse Serviço dentro do MEC durante 7 anos de sua existência (Siqueira; Machado; Lück, 2018, p. 31).

A curta existência do SNB (1961-1968) e sua posterior reincorporação ao INL, já durante a Ditadura Militar, por meio do Decreto nº 62.239, de 8 de fevereiro de 1968, não foram meros acidentes administrativos. Este desfecho simbolizou a consolidação de uma opção política pelo controle centralizado em detrimento de modelos colaborativos. O regime militar, com sua estrutura hierárquica e verticalizada, naturalmente preferiu o modelo concentrador do INL à proposta mais descentralizadora do SNB. Este episódio revela, como

destacam Siqueira, Machado e Lück (2018), a dificuldade do Estado em superar uma lógica fragmentada e centralizadora, revelando uma incompreensão crônica sobre a essência colaborativa e em rede que deve fundamentar um sistema nacional.

A pressão por uma mudança efetiva, contudo, não cessou. Pelo contrário, partiu de fora do aparelho estatal, catalisada por dois vetores principais: a mobilização da comunidade bibliotecária nacional e a influência de diretrizes internacionais. Internacionalmente, a UNESCO atuava como um farol, promovendo a ideia de que bibliotecas nacionais deveriam operar como centros de cooperação, coordenando redes que evitassem a duplicação de esforços e democratizassem o acesso à informação. Esses preceitos, debatidos em fóruns globais, ofereciam um contraponto teórico poderoso ao modelo vertical do INL (Souza, 2020).

Inspirados por esse ideário e frustrados com a inércia e a inadequação do modelo estatal, os bibliotecários brasileiros começaram a se organizar de forma mais articulada, transformando o descontentamento profissional em agenda política. Foi neste contexto que, em 1975, o escritor intelectual Josué Montello, então presidente da Biblioteca Nacional, apresentou uma proposta ao Conselho Federal de Cultura, dando visibilidade política à causa (Monte-Mor, 1976 *apud* Siqueira; Machado; Lück, 2018). Dois anos depois, a Associação de Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF) deu um passo crucial, e profundamente simbólico, elaborando uma minuta de projeto de lei para a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Este documento não era apenas uma proposta técnica; era a materialização do contra projeto da categoria, a demonstração de que era possível pensar uma política de Estado para bibliotecas baseada na cooperação e no federalismo.

Essa mobilização surtiu efeito, ainda que dentro das limitações e contradições impostas pela estrutura existente. Curiosa e significativamente, a implementação prática de um embrião do SNBP começou em 1977, mas ainda sob a égide do próprio INL. Esta foi uma vitória paradoxal: o novo modelo começava a ser gestado no ventre da velha instituição que se desejava superar. Esta fase pioneira, no entanto, adotou uma estratégia brilhante e fundamental para furar a bolha centralizadora; em vez de tentar impor um sistema vertical e nacional desde o início, focou em induzir e fomentar a criação de sistemas estaduais autônomos (SEBPs). Era uma estratégia de “contaminação” positiva, que reconhecia a federação e promoveu uma descentralização embrionária a partir das bases.

O Maranhão criou seu sistema em 1980, seguido por Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Mato Grosso em 1981, e depois por estados como São Paulo e Minas Gerais (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, [2017?]). Cada SEBP criado era um ato de

construção da autonomia local e um tijolo no caminho para o sistema nacional. Este movimento “de baixo para cima” foi crucial para criar um fato consumado, pavimentando o caminho político e administrativo que permitiria, no contexto da redemocratização do país e da promulgação da Constituição Cidadã de 1988 - que fortaleceria os princípios descentralizadores -, a formalização por decreto do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em 1992. A semente do novo modelo, portanto, germinou no solo paradoxal da velha instituição, mas foi regada e cultivada pela pressão insistente e pela inteligência estratégica da sociedade civil organizada, demonstrando que a mudança real começa nas bordas do sistema.

Se o Instituto Nacional do Livro representou a gênese autoritária e centralizadora das políticas de Estado para o livro e as bibliotecas, a redemocratização do país demandaria um novo modelo, teoricamente mais afinado com os princípios de descentralização e participação. É nesse contexto que emerge, em 1992, por meio do Decreto nº 520, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Sua criação formalizou uma aspiração antiga da comunidade bibliotecária nacional e respondia, pelo menos no discurso, a uma lógica oposta à INL: em vez de impor de cima para baixo, propunha articular e fortalecer de baixo para cima.

Concebido para ser o eixo de uma rede nacional descentralizada, o SNBP surgiu com uma missão ambiciosa e inovadora: “[...] implantar um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (Biblioteca Nacional, 2006 *apud* Machado, 2010). Seu desenho previa a criação de Sistemas Estaduais (SEBPs) que, por sua vez, articularam as bibliotecas municipais, respeitando o pacto federativo. Era uma proposta visionária para um país continental, que finalmente enxergava a biblioteca pública não como um depósito de livros padronizado, mas como um equipamento cultural dinâmico, integrado em rede e a serviço dessa comunidade. Como destacou Siqueira, Machado e Lück (2018), a proposta era inovadora ao sugerir um modelo ramificado e cooperativo, potencialmente capaz de apoiar até mesmo as iniciativas de bibliotecas comunitárias que pululavam pelo país.

No entanto, desde o seu nascimento, o SNBP foi condenado a uma contradição paralisante, uma espécie de “pecado original” que marcaria toda a sua trajetória: a subordinação administrativa à Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Até ficar sobre a tutela da Fundação Biblioteca Nacional, o SNBP andou de um lado para o outro

Sediar o SNBP no Rio de Janeiro, longe do centro do poder decisório em Brasília, foi o primeiro sinal desse enclausuramento, criando um obstáculo geopolítico intransponível para sua missão articuladora. Como reconhecem os próprios relatórios do SNBP, era “[...] praticamente inviabilizada a articulação visto que os [secretários e prefeitos] iam para Brasília

e não para o Rio de Janeiro resolver os problemas da área de cultura” (Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, 2013). O sistema, que deveria ser ágil e articulador, tornou-se distante e de difícil acesso para os próprios gestores que deveriam fortalecer.

Operacionalmente, essa subordinação significou que o SNBP foi progressivamente confinado ao papel de órgão executor, um braço operacional afastado da formulação estratégica. Enquanto a Secretária do Livro e Leitura (SLL) e, posteriormente, a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL)³ - ambos sediados em Brasília no Ministério da Cultura (MinC) - definiam as políticas, ao SNBP cabia a pesada e burocrática tarefa de implementá-las: gerenciar a logística de compra e distribuição de milhares de livros e kits de mobiliário, firmar e monitorar centenas de contratos de comodato e convênios, e manter o cadastro de nacional (Siqueira; Machado; Lück, 2018). Esta sobrecarga operacional, somada a uma estrutura enxuta e com poucos recursos, acabou “[...] minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento das bibliotecas públicas” (Machado, 2010, p. 100).

O ápice dessa instabilidade gerencial ocorreu a partir de 2012, com uma sucessão de mudanças administrativas traumáticas. A transferência forçada do SNBP para Brasília em 2014, sem a realocação de sua equipe técnica concursada, simbolizou o desmonte de sua expertise institucional. Reduzido a uma estrutura mínima dentro do Ministério da Cidadania em 2019, o SNBP foi esvaziado. Como diagnosticaram Siqueira, Machado e Lück (2018), o Sistema sofreu uma drástica redução de cargos e uma ampliação de suas atribuições, tornando praticamente impossível cumprir sua missão original.

2.2.2 Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas

Se a trajetória das políticas públicas para o livro e as bibliotecas no Brasil, desde INL até o SNBP, foi marcada pela centralização, pela fragmentação e pela instabilidade institucional, a virada do milênio trouxe consigo a pressão por um novo paradigma. O cenário de dispersão de ações e a evidente inadequação do modelo anterior demandavam uma solução estrutural e duradoura. Como bem sintetiza Brito (2024), a agenda estatal foi deslocada para a busca de “soluções estruturais mais duradouras”, um movimento que encontrou seu primeiro marco significativo com a sanção da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, a Política Nacional do Livro (PNL), durante o primeiro governo Lula.

³ Criado “[...] por meio do Decreto nº 6.835 de 30/4/2009, com a atribuição de planejar, coordenar, monitorar e avaliar o Plano Nacional de Livro e Leitura, buscando assegurar maior institucionalidade à gestão e implementação do plano (BRASIL, 2009 *apud* Brito, 2024, p. 201)

A PNL ou a Lei do Livro representou muito mais do que um simples instrumento legal; foi uma manifestação de interesse do Estado em reorientar sua atuação no segmento. Ela autorizou o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e ao acesso ao livro, estabelecendo princípios que viriam a guiar as políticas subsequentes. Conforme analisa Almeida (2024), a lei visava assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso ao livro, reconhecendo-o como “meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento”. A PNL também incorporou preocupações modernas, como a isenção de impostos para baratear o produto e a garantia de acesso às pessoas com deficiência visual, alinhando-se ao dispositivo na Constituição Federal de 1988 sobre direitos culturais (Almeida, 2024; Brasil, 2003).

Contudo, a PNL não surgiu em um vácuo. Sua promulgação coincidiu com uma agenda regional da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e do CERLAIC, que recomendava aos países associados o desenvolvimento de políticas para o livro e leitura como prioridade governamental (Marques Neto, 2010 *apud* Brito, 2024). Esta não foi uma coincidência, mas parte de uma articulação transnacional de agentes interessados em influenciar os governos da região. Este movimento culminou na celebração, em 2005, do ano Ibero-Americano da Leitura, batizado no Brasil de Vivaleitura.

O Vivaleitura foi um movimento seminal, catalisador das energias necessárias para o salto de uma lei setorial (PNL) para um plano abrangente. Coordenado pelo Ministério da Cultura, com um comitê de mobilização liderado por Frei Betto, e envolvendo MEC, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe (CERCLAIC), governos, universidades, empresas e o terceiro setor, o movimento promoveu uma série de encontros e debates por todo o país (Corrêa; Doro, 2023; Brito, 2024). Crucialmente, adotou um mecanismo inovador de participação social, com formulários online para projetos e sugestões, permitindo que a sociedade civil contribuísse diretamente para a construção da política (Corrêa; Doro, 2023). Esse processo amplo e democrático, que incluiu mais de 150 reuniões entre 2005 e 2006, foi fundamental para amadurecer a ideia de um plano nacional (Brito, 2024).

O desfecho desse processo ocorreu em março de 2006, com o lançamento do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) pelos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Educação, Fernando Haddad (Corrêa; Doro, 2023; Amorim, 2009). Apresentado formalmente em maio daquele ano, o PNLL surgia como um “[...]conjunto de políticas, programas, projetos, ações continuadas e eventos empreendidos pelo Estado e pela sociedade civil para promover o livro, leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil” (Amorim, 2009). Sua finalidade básica era

assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro (Amorim, 2009).

O Plano foi estruturado em que quatro eixos estratégicos que refletiam uma integrada do problema: democratização do acesso (implantação de bibliotecas, fortalecimento da rede, novos espaços de leitura); fomento à leitura e formação de mediadores (formação de professores, bibliotecários, agentes de leitura); valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico (campanhas, prêmios, eventos); desenvolvimento da economia do livro (cadeia produtiva, distribuição, exportação) (Amorim, 2009; Brito, 2024).

Sua gestão foi concebida para partilhada e participativa, refletindo o espírito da Vivaleitura. A estrutura previa três instâncias principais: um Conselho Diretivo, formado por representantes dos Ministério da Cultura e da Educação, responsável por definir as diretrizes estratégicas do plano; uma Coordenação-Executiva, chefiada por José Castilho Marques Neto e composta por técnicos do MinC, MEC, Fundação Biblioteca Nacional e entidades bibliotecárias, encarregada de implementar as ações e a Câmara Setorial do Livro e Leitura, que atuava como um fórum permanente de debate e assessoria, garantindo a participação da sociedade civil na formulação e no monitoramento da política (Amorim, 2009).

No entanto, desde seu nascedouro, o PNLL não foi isento de críticas. Conforme registra Amorim (2009), intelectuais como o professor e bibliotecário Luís Milanesi alertavam para o risco de o plano confundir quantidade com qualidade, focando na “semeadura de livros a mancheias” e na simples implantação de bibliotecas, em detrimento da concepção da “biblioteca como serviço de informação pública” que precisava “ser vivida” para cumprir sua função. Os formuladores do plano, por sua vez, defendiam-se argumentando que a abertura de bibliotecas era apenas uma entre vinte linhas de ação, e que esta, somada a outras, levaria a um aumento no número de leitores (Amorim, 2009).

A implementação do PNLL, entretanto, enfrentaria os mesmos fantasmas da instabilidade política e institucional que assombraram o SNBP. Um momento inicial de otimismo e fortalecimento, com a criação da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) no MinC em 2009 e um aumento significativo dos dispêndios orçamentários para a área, foi abruptamente interrompido com a transição do governo Dilma Rousseff em 2011 (Brito, 2024). A transferência da DLLLLB para a Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, longe do centro decisório em Brasília, e a saída de José Castilho da secretaria-executiva, paralisaram o plano (Brito, 2024). O foco desviou-se para o Programa Livro Popular, uma iniciativa que contradiz o diagnóstico do PNLL ao privilegiar novamente

a oferta (aquisição e venda de livros baratos) em detrimento da formação de leitores, e que acabou por se perder na ineficiência administrativa.

Apesar da paralisia prática, o PNLL avançou hierarquicamente ao ser instituído por Decreto nº 7.559, em 1º de setembro de 2011. Porém, foi apenas com o retorno de Castilho à coordenação do processo em 2013, após intensa mobilização da sociedade civil e das frentes parlamentares em defesa da leitura e das bibliotecas, que a estratégia mudou. Diante da crise política que levaria ao impeachment da presidente Dilma, optou-se por tramitar um projeto de lei diretamente no Congresso Nacional para evitar seu arquivamento pelo futuro governo (Brito, 2024). Esta jogada política bem-sucedida resultou na sanção, pelo presidente Michel Temer, da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) - Lei Castilho (Brito, 2024; Almeida, 2024).

A PNLE representa a coroação e a permanência dessa longa jornada. Mais do que um plano de governo, ela se estabelece como política de Estado, permanente e supragovernamental (Almeida, 2024; Brito, 2024). Seu objetivo é institucionalizar e integrar ações de promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas públicas em estratégia nacional. A lei amplia o escopo da PNL ao incorporar explicitamente a escrita e a leitura, e fortalece o vínculo com as bibliotecas, prevendo o “fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura” (Almeida, 2024; Brasil, 2018).

Sua principal inovação, contudo, é tornar obrigatória a elaboração decenal de um Plano Nacional do Livro e Leitura. Dessa forma, o plano deixa de ser uma iniciativa discricionária de um governo e se transforma em um instrumento de planejamento contínuo, a ser atualizado e implementado a cada dez anos, assegurando continuidade e permitindo a incorporação de novas demandas de participação e premiação, como o Prêmio Viva Leitura (Almeida, 2024).

Apesar desse avanço jurídico monumental, a história recente demonstra a resiliente desconexão entre a lei e a sua efetiva implementação. A PNLE estabelecia um prazo de seis meses, a partir do início do mandato Jair Bolsonaro (2019), para a elaboração de um novo PNLL. Contudo, como relata Brito (2024), “[...] a implementação da chamada Lei Castilho não chegou a ser iniciada nos anos Bolsonaro e o PNLL ficou paralisado durante todo o seu governo”. Este hiato revela a fragilidade crônica dessas políticas, ainda vulneráveis a mudanças de orientação política, mesmo quando amparadas por lei.

O ciclo de tentativas de superar o legado centralizador do INL parece encontrar, na PNLE, sua expressão mais madura e democrática. No entanto, sua trajetória -desde a

participação social do Vivaleitura, passando pela crise institucional no governo Dilma até a paralisa no governo Bolsonaro - espelha as contradições profundas do Estado brasileiro. A conquista de um marco legal permanente não foi suficiente para imunizar a política contra a instabilidade e a descontinuidade. A retomada da agenda em 2023, com a recriação do MinC e da Secretaria de Formação, Livro e Leitura no terceiro governo Lula, reacende a esperança, mas também evidencia que a verdadeira consolidação de uma política de Estado para o livro e a leitura no Brasil depende menos de decretos e portarias e mais de um compromisso político e social inabalável com a democratização radical do acesso à cultura escrita.

2.2.3 Marcos legais: as leis 12.244/2010 e 14.837/2024 para universalização das Bibliotecas Escolares e criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares

A Lei nº 12.244/2010, conhecida como a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, estabeleceu a obrigatoriedade de que todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, contassem com uma biblioteca, definida em seu Art. 2º como “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (Brasil, 2010). O texto determinou um prazo de dez anos para o cumprimento da medida, ou seja, até maio de 2020.

A promulgação da lei foi recebida como uma vitória pela classe bibliotecária, que há décadas lutava pelo reconhecimento da biblioteca escolar como equipamento essencial ao processo educativo. No entanto, como apontam Campello *et al.* (2016, p. 55), a lei apresentava limitações conceituais profundas, pois: “[...] deixa de revelar a riqueza do conhecimento da área de biblioteconomia em relação à biblioteca escolar e suas especificidades”, ignorando avanços das pesquisas e diretrizes internacionais. Essa limitação conceitual é, na verdade, sintomática de uma postura estatal que, segundo Camillo e Castro Filho (2017, p. 94), “[...] cerceia possibilidades de construção de um cidadão melhor engajador social, cultural, educacional e politicamente”. Os autores defendem que a lei, em sua forma original, atua como um instrumento de manutenção do status quo, onde o Estado oferece à população apenas “[...] a cota de bens culturais suficientes que possam promover apenas a integração de indivíduos ao sistema produtivo” (Camillo; Castro Filho, 2017, p. 97).

A definição restrita de biblioteca como “coleção” desconsidera seu caráter pedagógico, seu espaço físico e sua integração com o projeto político-pedagógico da escola, reduzindo a um depósito de materiais (Farias; Brito, 2019), em oposição à visão de que ela deve ser um recurso educacional facilitador do desenvolvimento de processos de ensino

aprendizagem e de práticas de leitura, e, conseqüentemente, sua conceituação como agente pedagógico (Durban Roca, 2012).

Além disso, a lei era frágil em seu mecanismo de implementação. Como destacam Souza (2017), ela não previu fontes orçamentárias específicas, não estabeleceu sanções para o descumprimento e não criou instâncias de fiscalização ou apoio sistêmico. O resultado, como evidenciam os diagnósticos apresentados no mapeamento do CFB (2024) e no relatório técnico retrato das bibliotecas da rede de ensino fundamental de Santa Catarina (Sena, 2021), foi a não universalização no prazo estipulado. Muitas escolas continuam sem biblioteca, e, onde existiam, frequentemente eram geridas por professores readaptados ou outros profissionais sem formação biblioteconômica, configurando uma violação tanto da Lei 12.244/2010 quanto da Lei 4.084/1962, que regulamenta a profissão bibliotecária (Ohira; Brito, 2024). Essa situação, como apontam Assis e Goulart (*apud* Bicheri; Almeida Junior, 2013 2021, local.7), anula o potencial da biblioteca, já que “[...] pouco adianta a escola manter em seu recinto uma biblioteca bem localizada [...] se na biblioteca não houver um profissional que esteja atento aos currículos escolares”, destacando a importância da mediação qualificada.

Diante dessas lacunas, iniciou-se um longo processo de mobilização para aprimorar o marco legal. Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 14.837/2024. Esta nova lei não revoga a Lei 12.244/2010, mas a complementa e amplia significativamente. Seu principal avanço é a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), que visa articular políticas, programas e ações em âmbito federal, estadual e municipal (Brasil, 2024).

A Lei 14.837/2024 também modifica positivamente a definição de biblioteca escolar, reconhecendo-a explicitamente como “[...] equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo” (Brasil, 2024). Ela estabelece parâmetros mínimos funcionais para instalação física e define objetivos educacionais claros para essas bibliotecas, indo além da noção de acervo e incorporando sua missão de promover habilidades de leitura, escrita, pesquisa e cidadania (CFB, 2024), objetivos essenciais que dialogam com a proposta pela IFLA (2000, pp. 2-3), como “[...] desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação”.

Para comunidade bibliotecária, a nova lei representa um instrumento jurídico mais robusto para subsidiar políticas públicas. Ela fortalece a luta pela presença do bibliotecário na escola e oferece base para criação de redes colaborativas, essenciais para superar a atuação

isolada e precarizada desses espaços (Ohira *et al*, 2024). No entanto, como bem aprendemos com a história do SNBP, a existência de uma lei não garante sua efetividade. A implementação do SNBE dependerá de vontade política, dotação orçamentária, da atuação articulada dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia e, fundamentalmente, da mobilização contínua dos próprios bibliotecários, sujeitos centrais desta pesquisa.

Assim, essas duas leis encapsulam a dualidade que perpassa a história das políticas públicas no Brasil: a conquista de marcos legais progressistas convive com o desafio permanente de sua tradução em realidade concreta. Como bem alertou Oriá (2017, p. 32) sobre a lei anterior, um marco legal pode “[...] representar um grande avanço [...], contudo, essa realidade é quase uma utopia, por considerar que as políticas públicas não preveem condições reais para se efetivar”, um desafio que agora se transfere para a implementação da SNBE. Enquanto a Lei 12.244/2010 simboliza o reconhecimento formal de um direito, a Lei 14.837/2024 surge como uma tentativa de corrigir suas falhas e criar uma arquitetura institucional mais resiliente.

2.2.4 O cenário paraibano e pessoense: SEBP-PB, PELLLP e a ausência de um Plano Municipal para o Livro, Leitura e Bibliotecas

As políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas na Paraíba se desenvolvem em um contexto de profundo desafios educacionais e marcantes desiguais. Dados do IBGE de 2024 posiciona o estado como o terceiro com a maior taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais (12,8%), patamar que não apenas ultrapassa as médias nacionais (5,3%) e regional (11,1%), mas viola frontalmente as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Taxa de analfabetismo na Paraíba..., 2025). O problema apresenta contornos mais graves quando observadas as disparidades: atinge majoritariamente a população idosa (33%), os homens (15,3%) e as pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (14,7%).

Em um dado emblemático, a Região Metropolitana de João Pessoa, capital do estado, mantém a maior taxa de analfabetismo entre todas as regiões metropolitanas do país (8,1%), evidenciando que o desafio é premente mesmo no principal centro urbano paraibano (Taxa de analfabetismo na Paraíba..., 2025).

É sobre este panorama crítico que os déficits de infraestrutura informacional e as iniciativas políticas devem ser analisados. Um retrato específico dessa carência foi exposto em audiência pública na Câmara Municipal de João Pessoa em 2017, quando se constatou que, a três anos do prazo final estabelecido pela Lei Federal nº 12.244/2010, apenas 27% das escolas da rede municipal (26 de 97 unidades) possuíam biblioteca, sendo as demais

dependentes de salas adaptadas (Câmara Municipal de João Pessoa, 2017). Na ocasião, foram apontados obstáculos como a burocracia para a contratação de bibliotecários e a ausência de uma biblioteca pública municipal, evidenciando as dificuldades de efetivar marcos legais nacionais.

Essa dificuldade de implementação e continuidade das políticas no âmbito local encontra uma de suas explicações na análise da transparência e do controle social. Como demonstrado no estudo de caso do programa “É pra ler”, implementado pela Prefeitura de João Pessoa entre 2003 e 2004, a falta de disponibilização de informações ex-post por parte do poder público municipal inviabiliza a avaliação dos resultados e o controle social, essenciais para o aprimoramento de políticas futuras (Lira; Oliveira, 2005). Os autores constataram a impossibilidade de acessar dados sobre objetivos, metas, beneficiários e impactos do programa após a mudança de gestão, o que impede uma avaliação de seu impacto e a tomada de decisões baseada em evidências, perpetuando um ciclo de descontinuidades.

Em resposta a essa lacuna histórica, o poder público estadual iniciou, a partir de 2023, a estruturação de um arcabouço legal mais robusto. O Decreto nº 43.991, de 15 de agosto de 2023, instituiu o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Paraíba, subordinado à Fundação Espaço Cultural (FUNESC), com o objetivo central de, segundo seu artigo 1º, “[...] implantar, expandir, modernizar e prestar assessoria a bibliotecas públicas em todos os municípios do estado” (Paraíba, 2023). Este decreto criou uma estrutura operacional, prevendo a celebração de convênios com municípios, um instrumento potencial para superar os problemas locais anteriormente identificados.

Posteriormente, em um movimento legislativo de maior abrangência, a Assembleia Legislativa do Estado (ALPB) derrubou o veto do Governador João Azevedo e aprovou a Lei nº 13.234, de 13 de maio de 2024, que institui o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PELLLB-PB). A aprovação, que contou com 19 votos a favor da derrubada do veto (ALPL derruba veto..., 2024) representa um avanço ao elevar o acesso ao livro e à leitura à categoria de política de estado. É crucial registrar, no entanto, que a criação deste Plano não contou com a participação ativa da sociedade civil, do Fórum Paraibano do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (FLITECA/PB) e dos demais agentes do setor que, há anos, defendem a construção de um Plano estruturador para o setor na Paraíba. Dessa forma, o processo careceu dos pilares fundamentais de uma política pública robusta e legítima — como a participação social, a escuta ativa, um diagnóstico detalhado e uma construção coletiva — elementos indispensáveis para que o Plano se torne de fato viável, representativo das reais

necessidades e efetivamente focado em solucionar as lacunas históricas do setor nos territórios e dentro de seus elos.

O plano estabelece, em seu artigo 3º, Inciso IX, como princípio fundamental “[...] a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura, à informação como um direito do cidadão” (Paraíba, 2024). Crucialmente, a lei incorpora, em seus artigos 4º e 5º, mecanismos de transparência e participação social que foram historicamente negligenciados, como a apresentação de relatórios semestrais e a criação de um Conselho Estadual com participação majoritária da sociedade civil (Paraíba, 2024).

Dessa forma, a efetividade do PELLB-PB e do Sistema Estadual de Bibliotecas estará condicionada à sua capacidade de superar os problemas históricos de descontinuidade e opacidade na gestão pública, tão bem ilustrados pelo caso do programa “É pra ler”. A promessa de uma gestão participativa e transparente, prevista na lei 13.234/2024, configura-se como uma resposta institucional direta ao vácuo de controle social identificado na esfera municipal.

A superação do déficit histórico de bibliotecas e de incentivo à leitura na Paraíba dependerá, portanto, da sinergia entre o novo plano estadual e a estrutura do sistema, da previsão de recursos orçamentários adequados e, sobretudo, do efetivo funcionamento dos mecanismos de transparência e participação social, conformando um campo de ação pública que busca traduzir os direitos legais em realidade tangível para os cidadãos paraibanos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa adota a abordagem quali-quantitativa, articulando duas dimensões: a quantitativa, voltada ao tratamento dos dados estatísticos sobre os fatos, e a qualitativa, que se dedica às representações relacionadas à construção dos sujeitos por si mesmos (Minayo, 2014). Assim, os dados coletados terão caráter tanto quantitativo quanto qualitativo, uma vez que serão utilizados questionário e análise textual, visando à compreensão da realidade como construção social, fundamentada na percepção da pessoa bibliotecária sobre políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas.

A natureza da pesquisa é descritivo-explicativa, uma vez que busca não apenas apresentar e caracterizar as percepções e formas de atuação das pessoas bibliotecárias diante das políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas, mas também analisar e interpretar as relações existentes entre essas percepções e o contexto sociopolítico em que se inserem. O caráter descritivo permite evidenciar o perfil dos sujeitos e suas experiências profissionais, enquanto o caráter explicativo visa compreender os fatores que influenciam a atuação política da categoria e os desafios enfrentados na efetivação dessas políticas no município de João Pessoa/PB.

Quanto aos procedimentos técnicos, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2001) caracteriza-se por um estudo baseado no levantamento de material publicado, seja através de livros, revistas, jornais ou redes eletrônicas etc. Desse modo, para atingir os objetivos traçados foi realizada por meio de revisão da literatura especializada, pesquisas sobre políticas públicas, políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no Brasil, na Paraíba e em João Pessoa, atuação política da pessoa bibliotecária, entidades de classe e a profissão bibliotecária, com o intuito de construir o referencial teórico que fundamenta a análise.

Para garantir uma articulação clara entre os objetivos da pesquisa e as ações realizadas, o Quadro 1 detalha o percurso adotado.

Quadro 1 - Articulação entre objetivos específicos e procedimentos metodológicos

Objetivo específico	Procedimentos metodológicos para alcançá-los
Caracterizar o perfil dos respondentes.	- Aplicação de questionário online via <i>Google Forms</i> com perguntas

	<p>fechadas sobre formação, titulação, experiência profissional, vínculo institucional e atuação em entidades de classe;</p>
<p>Descrever as percepções da pessoa bibliotecária sobre as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de questionário online via <i>Google Forms</i> com escalas de percepção (Likert) e perguntas abertas.
<p>Mapear as formas de atuação das pessoas bibliotecárias diante das políticas públicas no contexto municipal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de questionário online via <i>Google Forms</i> com perguntas fechadas sobre participação em fóruns, conselhos, audiências públicas, elaboração de documentos e ações de <i>advocacy</i>⁴;
<p>Discutir os desafios e potencialidades da inserção das pessoas bibliotecárias nas políticas públicas voltadas à área de informação em João Pessoa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Triangulação dos dados quantitativos e qualitativos obtidos nos objetivos anteriores - Análise interpretativa à luz do referencial teórico, contrastando as evidências empíricas com a literatura sobre políticas públicas, formação profissional e atuação política na Biblioteconomia;
<p>Propor recomendações para fortalecer a participação da pessoa bibliotecária na formulação e execução das políticas públicas em João Pessoa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematização das conclusões da discussão anterior;

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

⁴ Entende-se como *advocacy* as “Ações individuais ou organizacionais empreendidas para influenciar a tomada de decisão nos níveis local, regional, estadual, nacional e internacional que ajudam a criar uma política desejada ou mudança de financiamento em apoio às bibliotecas.” (BMGF, 2011 *apud* Santos, 2018).

Como locus investigativo adotou-se o grupo de WhatsApp da Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APB-PB), após autorização devida da Diretoria. Fundada em 11 de agosto de 1975, a APB-PB consolida-se como a entidade máxima de representação da categoria bibliotecária no estado da Paraíba. Sua criação, sob a presidência fundadora da bibliotecária Maria Neuza de Moraes Costa, simboliza um marco na organização profissional e na defesa dos interesses das pessoas bibliotecárias na Paraíba.

A história da APB-PB está intrinsecamente ligada à dedicação visionária do Professor Afonso Pereira, figura emblemática cuja atuação transcendeu o âmbito acadêmico para deixar um legado permanente na estruturação da Biblioteconomia na Paraíba. Além de ter idealizado e implementado a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba e sido o principal articulador da criação do curso de Biblioteconomia na instituição - reconhecido pelo Decreto-Lei nº 76.178 de 1975 -, foi ele quem elaborou a minuta do projeto de lei que deu origem à Associação, encaminhando-a ao então deputado Américo Maia⁵. Desde então, a APB-PB mantém-se como um pilar de resistência e ação em prol da valorização profissional, da defesa de direitos e do fortalecimento das políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas no estado.

Os sujeitos participantes são pessoas bibliotecárias que atuam na cidade de João Pessoa e integrantes do WhatsApp institucional. Para isso, foi solicitado a presidenta da APB-PB o envio do link do formulário *google forms*, elaborado para coleta dos dados, para que os as pessoas bibliotecárias pudessem responder no período de 16 de setembro de 2025 a 20 de setembro de 2025. Para fins desta investigação o fator determinante foi o prazo estipulado para as respostas ao formulário, independente do número de integrantes do WhatsApp. Para tanto, fez inúmeros convites aos integrantes para que pudessem responder o supracitado formulário que se constituía de um questionário.

A técnica de coleta de dados foi realizada através de um questionário misto (Apêndice A), elaborado e enviado no *Google Forms*, composto de 51 perguntas fechadas e 2 abertas e dividido em sete categorias de análise: a) perfil sociodemográfico; b) perfil profissional; c) análise das percepções sobre políticas públicas; d) descrição das percepções sobre políticas públicas; e) caracterização das percepções sobre a atuação da pessoa bibliotecária; f) avaliação da efetividade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa e g) Recomendações com relação às políticas públicas para o livro, leitura e

⁵ <https://apbpb.febab.org/a-apb-pb/historia/>

bibliotecas no município de João Pessoa, com vistas a atender o objetivo geral e os específicos da presente investigação.

O **perfil sociodemográfico** visou coletar dados referentes a aspectos sociais (gênero, cor de pele autodeclarada e faixa etária). O **perfil profissional** visou coletar dados referentes a atuação como bibliotecário(a); tempo de atuação como bibliotecário(a); grau de formação; vínculo empregatício; se atua em alguma biblioteca e em qual tipologia; principal setor de atuação (biblioteca pública, universitária, escolar, especializada; docência e gestão ou coordenação de órgãos públicos); se possui registro profissional; se participa de associação, conselhos.

A **análise sobre as percepções sobre políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas** abordou os seguintes questionamentos: se estudou conteúdos sobre políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas e qual a nota atribuída à relevância da temática na formação acadêmica; a importância das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas; se o participantes percebe diferenças entre as políticas públicas nacionais e municipais em termos de efetividade e se eles consideram que os as pessoas bibliotecárias de João Pessoa estão informados sobre as políticas públicas.

A **descrição sobre a percepção dos respondentes sobre as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas** referiu-se a saber: se as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa são construídas de forma participativa; qual nota o atribui ao conhecimento geral sobre as principais políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município; conhecimento sobre as leis 12.244/2024 sobre a universalização das bibliotecas escolares e a lei 14.837/2024 que atualizou e instituiu a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares; conhecimento sobre o decreto nº 43.991/2023 que instituiu o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do estado da Paraíba; conhecimento da lei 13.234/2024 que instituiu o plano estadual do livro, leitura, literatura e biblioteca do estado da Paraíba; percepção sobre a efetividade das políticas públicas nacionais e estaduais no município de João Pessoa; avaliação com relação a execução e prática das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas em João Pessoa; consideração com relação ao direcionamento das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas atuais; consideração com relação a continuidade das ações e políticas públicas entre as diferentes gestões governamentais em João Pessoa; percepção sobre a construção participativa das políticas públicas para bibliotecas em João Pessoa.

A **caracterização das percepções sobre a atuação bibliotecária** visou coletar: a filiação em órgãos de classe (CRB15, APB-PB), Fórum Paraibano de livro, leitura, literatura e

bibliotecas (FLITECA), comitês, grupos de trabalho ou projetos; a importância da atuação bibliotecária na formulação e implementação de políticas públicas; participação em processos relacionados à criação, discussão ou implementação de políticas públicas para área do livro, leitura e bibliotecas; a natureza de participação; esfera governamental de atuação ou acompanhamento de políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas; avaliação da participação política como bibliotecário; defesa e discussão ativa sobre a importância das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas; ações realizadas em defesa das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas; se a atuação dos profissionais bibliotecários do município de João Pessoa atua de forma coletiva e unida em defesa das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas; consideração de espaço institucional para pessoas bibliotecárias atuarem em decisões públicas; e se acredita que a atuação bibliotecária pode modificar a realidade das bibliotecas públicas/escolares de João Pessoa.

A avaliação de efetividade e obstáculos das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa abordou: avaliação da efetividade dessas políticas públicas no município; qual o maior obstáculo para implementação bem-sucedida dessas políticas e qual as três principais ações para melhorar as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município.

A última fase do questionário ficou em torno das recomendações, assim foram questionadas: consideração sobre a necessidade de criação de um fórum municipal permanente de bibliotecários no município; grau de urgência para criação de um espaço de articulação; estratégias para fortalecer a atuação política do bibliotecário; se existe necessidade de formações específicas em *advocacy* para as pessoas bibliotecárias; percepção com relação a qual entidade deve liderar a articulação política da categoria em João Pessoa; se existe a necessidade de construir uma maior unidade política para avançar nas pautas bibliotecárias; avaliação de disposição geral do respondente em participar de mobilizações políticas pela biblioteca; qual a percepção do sujeito com relação à política nacional do livro, leitura e bibliotecas e recomendações ao poder público do município de João Pessoa sobre as bibliotecas.

Os resultados foram organizados, classificados, tratados e representados por meio de gráficos, quadros e tabelas, trazendo os dados de forma sistematizada e coerente com os objetivos da pesquisa. Os dados quantitativos foram analisados de maneira descritiva, possibilitando a observação de tendências e padrões de resposta entre as pessoas bibliotecárias participantes consoante com a literatura. Já as respostas qualitativas foram submetidas à análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), buscando identificar categorias de sentido,

convergências e divergências nas percepções sobre as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas. Em seguida, realizou-se a triangulação entre os dados quantitativos e qualitativos, o que permitiu aprofundar a interpretação dos resultados, articulando evidências empíricas e teóricas e garantindo maior consistência às conclusões apresentadas na seção seguinte.

4 PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA SOBRE E NA POLÍTICA DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA

A presente análise dos resultados foi desenvolvida com base nas categorias macro que estruturam o questionário, buscando compreender a percepção da pessoa bibliotecária com relação às políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas e sua atuação em João Pessoa. Cabe registrar que o instrumento foi disponibilizado por um período de cinco dias (16 a 20 de setembro de 2025), com diversos chamamentos realizados através do grupo de Whatsapp da Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, previamente autorizado pela Diretoria.

Obtivemos um total de sete respondentes, um quantitativo, que por si só, é um dado revelador. Este quantitativo, longe de ser um mero dado metodológico, é, por ele próprio, um resultado significativo a ser interpretado. À luz da análise do discurso, o silêncio da maioria não é uma ausência, mas um silêncio constitutivo (Tfouni, 2013), um significante que carrega sentido. Podemos interpretá-lo à luz de Campos *et al.* (2023) como um silêncio cúmplice, que, ao não se opor ativamente ao *status quo* de fragilidade das políticas públicas, acaba por perpetuá-lo. Este silêncio ressoa o “pacto do silêncio” denunciado por Sales (2006 *apud* Campos *et al.*), transposto aqui para o campo político-profissional: uma condição em que a não participação e a descrença na eficácia da fala reforçam a estrutura de exclusão e a frágil priorização da agenda do livro e da leitura.

Dessa forma, as análises que se seguem dialogam tanto com as vozes que se manifestaram quanto com o eloquente silêncio político que o baixo engajamento performa, refletindo os desafios de mobilização apontados por Spudeit e Lobão (2018) e que a própria pesquisa busca compreender e superar.

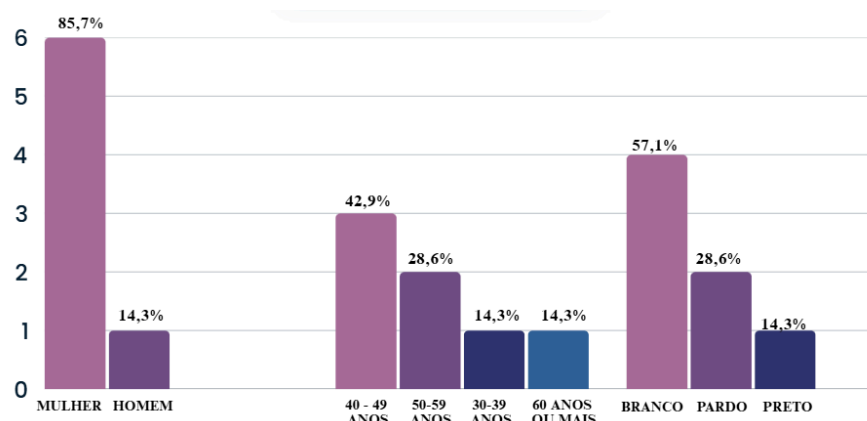
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

A primeira parte do questionário identificou o perfil sociodemográfico das pessoas bibliotecárias. Foram abordadas questões sobre a identidade de gênero, cor autodeclarada e idade. Quanto a identidade de gênero, observou-se que 85,7% (6) são mulheres cisgênero e 14,3% (1) homem cisgênero (Gráfico 1). O alto índice de bibliotecárias reafirma o que já foi trazido em pesquisas anteriores (Melo Filho, 2012; Melo Filho, 2014) que destacam um alto índice de mulheres na área da Biblioteconomia.

Com relação à cor da pele autodeclarada, 57,1% (4) se autodeclaram como branco, 28,6% (2) como Pardo e 14,3 (1) como Preto (Gráfico 1).

A faixa etária se distribui em 42,9% (3) entre 40 e 49 anos, 28,6%(2) entre 50 e 59 anos, 14,3% (1) 60 anos ou mais e 14,3% (1) entre 30 e 39 anos (Gráfico 1). Este dado destaca uma queda drástica com relação a pesquisa de Melo Filho (2012) quando as pessoas que se autodeclararam pretas e pardas representava um número consideravelmente maior com relação a esta pesquisa. Isso demonstra uma fragilidade nas políticas públicas de ações afirmativas entre o ano de 2012 e 2025.

Gráfico 1 - Distribuição dos participantes de acordo com gênero, faixa etária e cor de pele autodeclarada.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O perfil sociodemográfico dos respondentes revela um grupo majoritariamente composto por mulheres cisgênero (85,7%), com predominância de autodeclaração branca (57,1%) e faixa etária concentrada entre 40 e 59 anos (71,5%).

4.2 PERFIL PROFISSIONAL

100%(7) dos participantes da pesquisa responderam que atuam como bibliotecários (Gráfico 2).

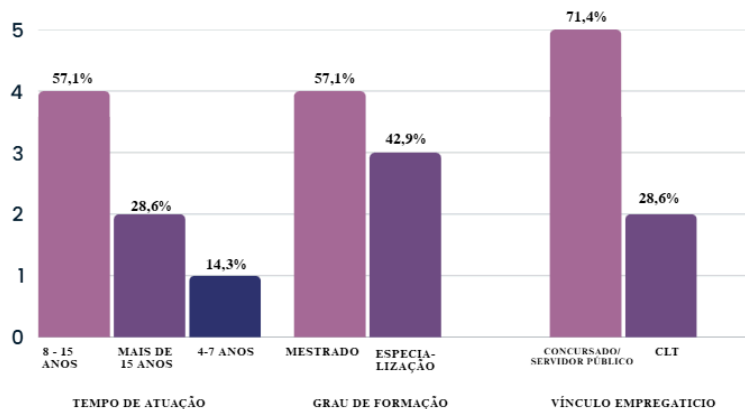
Gráfico 2 - Atuação como bibliotecários.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise do perfil profissional dos respondentes revela um grupo com significativa experiência e elevada qualificação. Quanto ao tempo de atuação, 57,1% (4) possui entre 8 a 15 anos de exercício profissional, seguida por 28,6%(2) com mais de 15 anos e 14,3%(1) entre 4 e 7 anos anos. Este dado, somado ao alto grau de formação, no qual 57,1%(4) das pessoas bibliotecárias respondentes, possuem título mestre, apontando um perfil de profissionais que não se restringem ao tecnicismo operacional, mas que busca o aperfeiçoamento contínuo e estão preparados para a reflexão crítica e a pesquisa. Este atributo é fundamental para uma atuação política qualificada na formulação de políticas públicas. No que diz respeito à estabilidade e ao vínculo empregatício, predominam os servidores públicos concursados (71,4% - 5), enquanto 28,6%(2) possuem vínculo regido pela CLT(Gráfico 3).

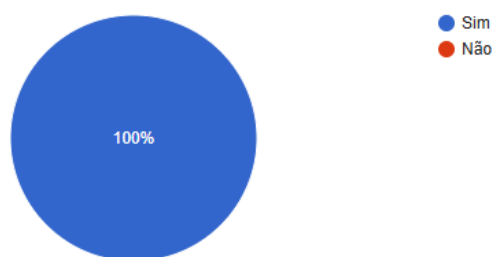
Gráfico 3 - Distribuição dos participantes entre tempo de atuação, grau de formação e vínculo empregatício.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Ao serem questionados sobre possuir atuação em alguma biblioteca 100%(7) responderam que sim (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Atuação em alguma biblioteca.

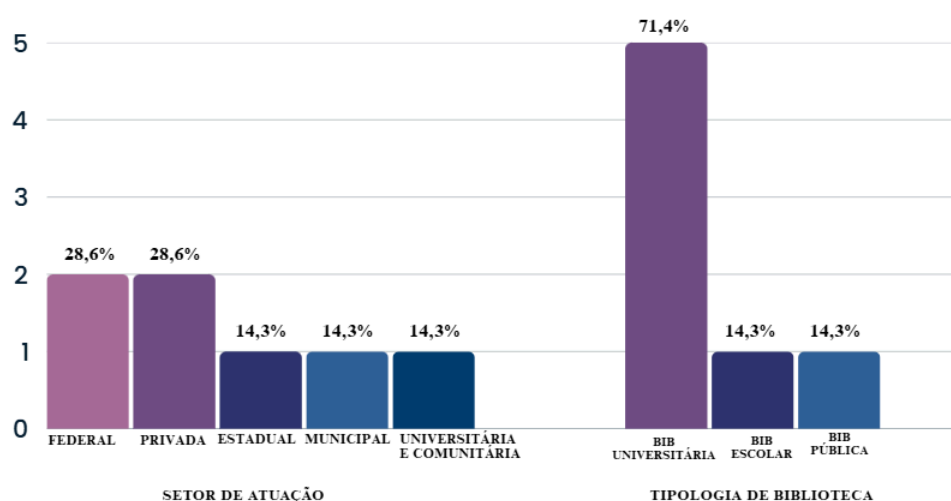


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O setor de atuação dos participantes distribuiu-se da seguinte forma: 28,6% (2) em bibliotecas universitárias, 28,6%(2) atuam em bibliotecas federais, 14,3(1) atuam em bibliotecas estaduais, 14,3%(1) atuam em bibliotecas do terceiro setor e 14,3%(1) disse atuar em biblioteca universitária e comunitária (Gráfico 5).

Quanto a tipologia principal das bibliotecas a distribuição foi 71,4%(5) atuam em bibliotecas universitárias, 14,3%(1) atuam em biblioteca escolar e 14,3%(1) em gestão/coordenação de órgãos públicos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição dos participantes por setor de atuação e tipologia de bibliotecas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

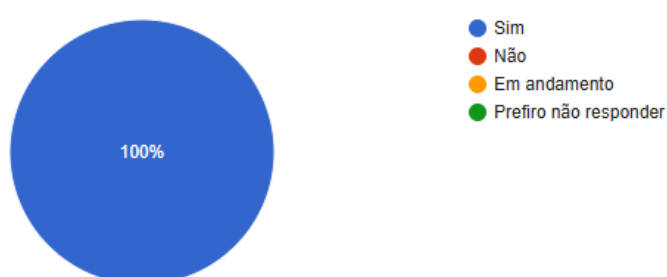
Questionados sobre possuírem registro no CRB 100%(7) dos participantes disseram que sim (Gráfico 6). Este dado atesta a regularidade profissional dos respondentes perante a lei 4.084/1962 que regulamentou a profissão da pessoa bibliotecária e não se enquadra como

mero formalismo, mas como uma condição *sine qua non* para o exercício legal da profissão. Conforme disposto no Art. 29 da Lei nº 9.674/1998, “O exercício da função de Bibliotecário é privativo dos bibliotecários inscritos nos quadros do Conselho Regional [de Biblioteconomia] da respectiva jurisdição”. Este dispositivo legal é reforçado pelo Art. 38 da mesma lei, que caracteriza a falta de registro como exercício ilegal da profissão, sujeito às penalidades previstas.

É importante contextualizar que este rigor legal se aplica a uma categoria profissional numericamente restrita no país. Dados de 2025 do Sindicato dos Bibliotecários de São Paulo⁶ (SINBIESP) apontam a existência de 21.008 bibliotecários ativos no Brasil, sendo o CRB-15, que representa a Paraíba e o Rio Grande do Norte, contava com apenas 660 profissionais registrados, figurando entre as regionais com o menor quantitativo do país.

Diante desse cenário, a amostra desta pesquisa, ainda que numérica e metodologicamente delimitada, adquire significativa relevância ao representar profissionais que estão não apenas em conformidade com a lei, mas que integram um contingente reduzido e estratégico para a efetivação das políticas do livro e leitura na região. Portanto, o fato de a totalidade da amostra possuir CRB ativo demonstra que as pessoas bibliotecárias de João Pessoa participantes desta pesquisa estão atuando em estrita consonância com o arcabouço legal, o que confere legitimidade formal e ética às suas percepções analisadas a seguir.

Gráfico 6 - Registro Profissional.



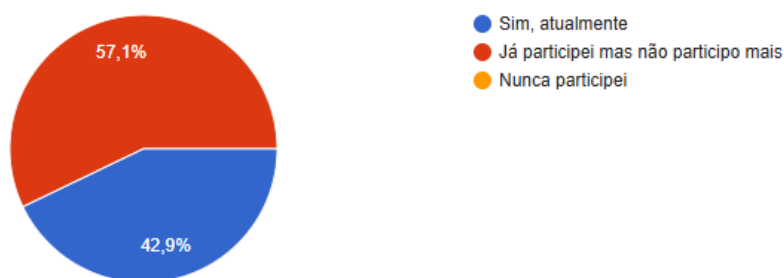
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Sobre participação em associações, conselhos ou entidades de classe, os dados revelam um cenário preocupante: 57,1% (4) dos respondentes afirmaram que já participaram, mas não participam mais, enquanto 42,9% (2) dos respondentes afirmaram participar atualmente (Gráfico 7). Contudo, há uma aparente incongruência a ser considerada, uma vez

⁶ <https://sinbiesp.org.br/2025/09/15/numero-bibliotecarios-2025/>

que todos os respondentes foram recrutados via grupos de Whatsapp da própria Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APB-PB).

Gráfico 7 - Distribuição das pessoas bibliotecárias por participação em entidades de classe.



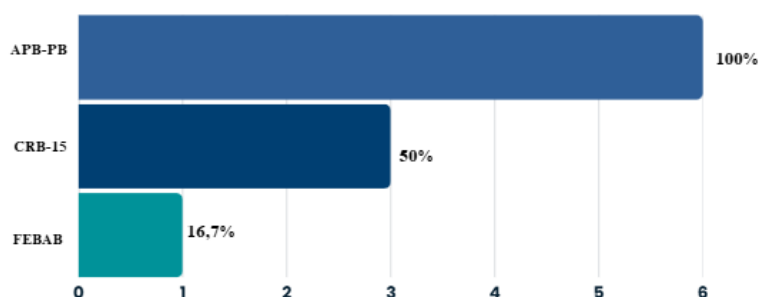
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esta disparidade sugere que pode haver uma distinção, na percepção dos profissionais, entre a participação passiva - como mera permanência em um grupo de mensagens para receber informações - e a participação ativa, que envolveria a frequência em assembleias, contribuição em discussões, envolvimento em comitês ou ações militantes. Esse entendimento ressoa a tipologia de Bobbio (1998) citado por Spudeit e Lobão (2018), que diferencia os níveis de engajamento político.

O dado é, de fato, preocupante, pois indica um distanciamento substantivo da maioria dos profissionais dos espaços de representação e luta coletiva. O fato de 57,1% terem desistido de participar ativamente, mesmo mantendo vínculo superficial, poder ser um sintoma da priorização de outras esferas da vida profissional e pessoal. Essa fragilidade no associativismo, já apontada por Spudeit e Lobão (2018) em nível nacional, manifesta-se concretamente no cenário pessoense, dificultando a construção de uma frente unificada para a defesa de políticas públicas para o setor.

Quando questionados sobre suas experiências em entidades de classe, verificou-se que 100% (6) disseram participar ou terem participado da APB-PB, 50% (3) das pessoas bibliotecárias informaram participar ou terem participado do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-15), 16,7% (1) afirmaram participar ou terem participado da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Distribuição por participação em entidades de classe.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Para contextualizar a atuação dessas entidades, é fundamental compreender suas naturezas e finalidades distintas, que, embora atuem em prol da valorização profissional, possuem papéis específicos. Conforme Spudeit e Lobão (2018), as Associações Profissionais, com a APB-PB, têm como objetivo congrega os profissionais, organizando atividades que agreguem valor à formação intelectual, como cursos, oficinas, palestras, congressos e eventos, fortalecendo a identidade e a rede de contatos da categorias em nível estadual.

Já os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), por sua vez, são autarquias federais com poder de polícia, responsáveis pela regulamentação, fiscalização e orientação do exercício profissional, servindo à sociedade ao garantir a preservação dos valores éticos da profissão. Por fim, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) atua em âmbito nacional, congregando associações de diversos estados e promovendo a integração da categoria, a defesa de políticas públicas para a área e a realização de eventos de grande porte, como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), além de representar a Biblioteconomia brasileira em fóruns internacionais (Spudeit; Lobão, 2018).

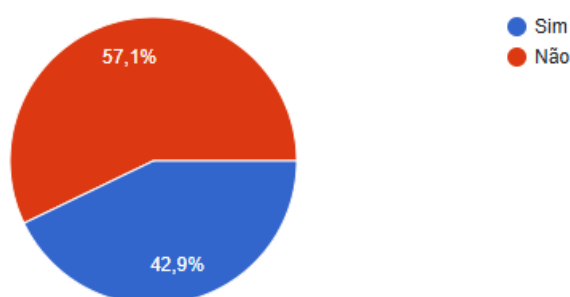
Dessa forma, a participação das pessoas bibliotecárias pesquisadas em esferas de representação de classe reflete o engajamento em distintos níveis de atuação: local/estadual (Associação), regulatório/fiscalizador (Conselho) e nacional/estratégico (Federação).

4.3 ANÁLISE EM RELAÇÃO ÀS PERCEPÇÕES DA PESSOA BIBLIOTECÁRIA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos objetivos do trabalho é descrever as percepções das pessoas bibliotecárias sobre políticas públicas, para isso, perguntamos se durante a graduação os participantes estudaram conteúdos sobre políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas e os resultados se

distribuíram em 57,1%(4) afirmarem que não e 42,9% (2) que sim (Gráfico 9). Essa lacuna formativa inicial dialoga diretamente com o que foi trazido por Silva (2018, p. 218), ao destacar que a formação nos cursos de Biblioteconomia, tradicionalmente, age “[...] como instrumento crucial de valorização das questões administrativas e técnicas em detrimento das potencialidades sociais, o que indica uma Biblioteconomia despolitizada em seu processo de formação”.

Gráfico 9 - Participantes que tiveram aula de políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas durante a graduação.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

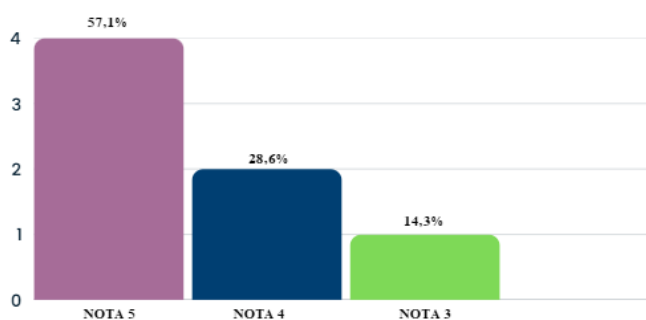
É importante salientar, contudo, que essa percepção majoritária da amostra sobre a lacuna formativa coexiste com a previsão, no Projeto Pedagógico do Curso (PPP) de Biblioteconomia da UFPB, de conteúdos de "Responsabilidade social e políticas públicas" e "Direito à informação" conferentes na disciplina de Fundamentos da Biblioteconomia. Esta aparente contradição entre o currículo formal e a percepção discente pode ser interpretada à luz de estudos como os de Spudeit, Moraes e Correa (2016) e Ribeiro, Gomes e Estrela (2021), que identificam uma fragilidade crônica na formação política dos bibliotecários no Brasil.

Conforme demonstram Spudeit, Moraes e Correa (2016, p. 37), é comum que o termo "política" apareça nas ementas dos cursos de Biblioteconomia vinculado predominantemente a "processos técnicos e gerenciais do fazer profissional", como "política de formação de coleção" ou "política de preservação", e não a uma formação para a atuação política no espaço público. Da mesma forma, Ribeiro, Gomes e Estrela (2021, p. 136), em pesquisa com discentes, constata que, mesmo quando estes compreendem conceitos gerais de políticas públicas, "não conseguem pensar a atuação política do campo da Biblioteconomia.

Desse modo, a percepção de lacuna, expressa por 57,1% dos profissionais pesquisados, pode não significar a ausência total do termo "políticas públicas" na grade curricular, mas sim refletir uma abordagem que, na prática discente, não foi suficientemente explícita, aprofundada ou eficaz em instrumentalizá-los para a intervenção política na esfera pública, conforme defende Valentim (2018). Esta distinção é crucial: a existência do tópico no PPP não se traduz, necessariamente, na construção de uma competência política prática, essencial para que o bibliotecário assuma o papel de agente transformador, capaz de "assessorar e intervir na formulação de políticas de informação" (Valentim, 2018, p. 56). O resultado é uma formação que, na percepção dos egressos, permanece orientada por um modelo tecnicista, corroborando a diagnose de uma "Biblioteconomia despolitizada" (Silva, 2018).

Foi solicitado que os participantes da pesquisa avaliassem em uma escala de 1 a 5 a relevância atribuída sobre a temática políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas na formação inicial: 57,1% (4) avaliaram com nota 5, 28,6%(2) avaliaram com nota 4 e 14,3%(1) avaliou com nota 3 (Gráfico 10). O fato de os profissionais atribuíram alta relevância a um conteúdo que não foi devidamente trabalhado em sua formação evidencia uma percepção aguçada sobre a necessidade dessa competência, mesmo na ausência de uma base teórica sólida oferecida pela academia. Esse dado corrobora com Valentim (2018, p. 1) que aponta a necessidade de formação política na graduação para que os profissionais bibliotecários tenham capacidade de atuar como agentes políticos capazes de influenciar a formulação de políticas públicas.

Gráfico 10 - Avaliação sobre a relevância do tema políticas públicas em sua formação inicial.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Também solicitamos que os respondentes avaliassem a importância das políticas públicas para a sobrevivência das bibliotecas e obtivemos nota 5 em 100% (7) das respostas. Essa visão vai de encontro com Parada (2006, *apud* Valentim, 2018), ao definir políticas públicas como solução para um problema coletivo, situando a sobrevivência e o fortalecimento das bibliotecas como uma necessidade que demanda ação governamental.

No entanto, a compreensão de que a responsabilidade é apenas do governo, implícita nas respostas, contrasta com a natureza dialética e construída socialmente. Como pontuam Secchi, Coelho e Pires (2020), um dos nós conceituais centrais é justamente questionar se as políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais ou também por atores não estatais.

A resposta das pessoas bibliotecárias parece refletir uma expectativa de que o Estado aja de forma unilateral, o que se alinha a uma visão do Estado como principal provedor. Contudo, conforme Souza (2007), as políticas públicas são “o Estado em ação”, mas esta ação é, na verdade, o resultado de um complexo jogo de forças e da pressão da sociedade organizada. Nesse contexto, como pontuado por Valentim (2018, p. 57) “[...] assessorar e intervir na formulação de políticas públicas de informação se torna uma competência profissional essencial para o profissional da informação”, pois

[...] o profissional da informação [a pessoa bibliotecária] tem a responsabilidade sobre a manutenção ou modificação de uma dada realidade informacional, caso não desenvolva ações que contribuam para a alocação dos recursos necessários para o desenvolvimento de unidades de informação e/ou documentação que contribuam para o empoderamento do cidadão e desenvolvimentos do país (Valentim, 2018, p. 57).

Portanto, a unanimidade na alta avaliação da importância das políticas públicas, embora válida, pode sinalizar uma percepção que desloca para o Estado uma responsabilidade que é também do coletivo profissional. Se, por um lado, as pessoas bibliotecárias identificam claramente a dependência das bibliotecas em relação às ações governamentais, por outro, a análise sugere que podem não se perceber integralmente como atores políticos capazes de influenciar e definir essas mesmas políticas. A solução para um problema coletivo não se encerra na ação estatal, mas começa na capacidade de mobilização, pressão e proposição do próprio coletivo, do qual as pessoas bibliotecárias são parte fundamental. Dessa forma, a sobrevivência das bibliotecas é, sim, uma demanda por ação governamental, mas é, antes de tudo, um testemunho da força e da articulação política da categoria que as sustenta. Pois, como afirmam Brayner e Mattos (2018, p. 202),

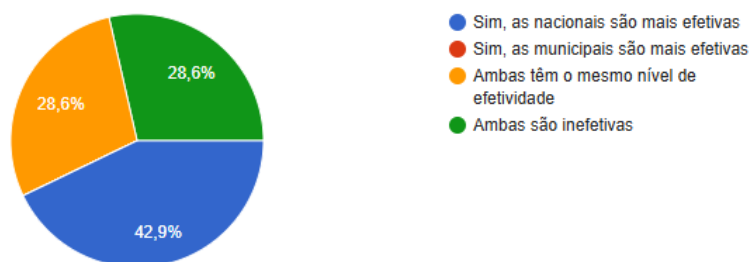
Embora o Poder Legislativo exerça o domínio de forma sistemática por parte do Estado, chamado por Foucault (1997, p. 87) de ‘forma pura de poder’, é incontestável que parte dos instrumentos destinados ao exercício deste poder são costumeiramente plasmados por meio da participação de uma multiplicidade de sujeitos e entidade.

Questionados sobre a diferença de efetividade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no âmbito nacional e municipal 42,9% (3) disseram que as políticas nacionais são mais efetivas, 28,6% (2) disseram que ambas são inefetivas e 28,6% (2) afirmaram que ambas têm o mesmo nível de efetividade (Gráfico 11). Essas divergências de percepções refletem diretamente a complexidade e os desafios de articulação federativa abordados por Spudeit e Lobão (2018, p. 33-34). As autoras demonstram em sua análise que a trajetória das políticas para o setor é marcado por uma “[...] fragilidade na construção política para área” e uma “[...] desarticulação entre esferas de governo”. No entanto, é crucial aprofundar a análise dessa fragilidade. A mera existência de diretrizes nacionais ou a ausência de um plano municipal, como é o caso de João Pessoa, não são falhas isoladas do aparato estatal, elas são, em grande medida, sintomas de uma questão mais profunda: a falta de participação social organizada e de cobrança constante por parte da sociedade civil e dos próprios profissionais do campo.

Como bem pontuam as autoras, uma política pública robusta depende de uma construção política. Essa construção não se encerra nos gabinetes governamentais; ela se inicia e se sustenta na mobilização do coletivo. A descontinuidade, apontada por 57,1% dos participantes como principal obstáculo, é face mais visível de políticas que não foram apropriadas e defendidas pela comunidade à qual se destinam. Sem a pressão e a ação direta dos sujeitos, neste caso, as pessoas bibliotecárias, mediadores de leitura, educadores e usuários, qualquer política, por melhor desenhada que seja, fica vulnerável às mudanças de gestão e à falta de prioridade orçamentária.

Portanto, a percepção dos respondentes de que as políticas são inefetivas ou igualmente frágeis em ambos os níveis vai além de apontar uma falha da gestão pública. Ela revela, indiretamente, o círculo vicioso da inefetividade: a desarticulação federativa desestimula e dificulta a participação local, e a falta de participação local, por sua vez, perpetua a desarticulação e a descontinuidade. A fragilidade na construção política citada pelas autoras (Spudeit; Lobão, 2018), é, assim, também uma fragilidade na mobilização e na atuação política do próprio campo do livro, leitura e bibliotecas para fazer valer suas demandas perante diferentes entes federativos.

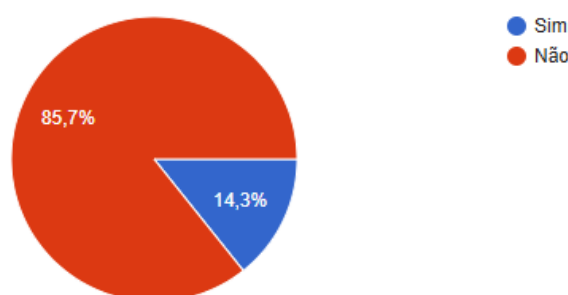
Gráfico 11 - Percepção sobre a efetividade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no âmbito nacional e local.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A percepção das pessoas bibliotecárias sobre o próprio nível de informação é um dado crucial para entender os desafios da área. Quando inquiridos se consideram as pessoas bibliotecárias de João Pessoa informadas sobre as políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas, uma maioria absoluta de 85,7% (6) respondeu que não. Este não é um dado isolado, mas sim um elo fundamental na cadeia de fragilidades já identificadas. A falta de informação específica sobre as políticas, seu conteúdo, marcos legais e canais de implementação, inviabiliza a atuação estratégica dos profissionais.

Gráfico 12 - Percepção com relação ao conhecimento dos colegas sobre as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas em João Pessoa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Este dado é um sintoma claro de um problema estrutural multifacetado, que envolve tanto a formação acadêmica quanto a atuação profissional. A lacuna na formação, que frequentemente negligencia o ensino de políticas públicas e *advocacy*, não apenas corrobora a percepção de desinformação, como ativamente contribui para um processo de despolitização da categoria. O resultado é uma falta de familiaridade com os instrumentos legais que regem a

própria prática, o que, por sua vez, fragiliza a posição da pessoa bibliotecária como agente político capaz de intervir na formulação e implementação dessas mesmas políticas. Este ciclo vicioso - onde a falta de formação gera desinformação, que por sua vez inviabiliza a participação política - é agravado pela atuação, ainda tímida e fragmentada, das entidades de classe. Conforme apontado por Spudeit e Lobão (2018), estas entidades possuem o potencial para atuar como canais primordiais de divulgação, capacitação e mobilização. Contudo, ao se restringirem frequentemente a um nível de participação passiva (como a simples divulgação de notícias), elas falham em romper o ciclo. A disseminação eficaz de informação e, mais importante, a construção de uma consciência política coletiva ficam comprometidas, perpetuando um cenário em que a base profissional permanece alheia às ferramentas que poderiam garantir a sobrevivência e o fortalecimento das próprias instituições. Dessa forma, a desinformação não é um acidente, mas a consequência previsível da interseção entre uma formação apolítica e um associativismo pouco proativo.

Os dados confirmam a desconexão entre a formação acadêmica e as demandas políticas da profissão. Apesar do reconhecimento da importância das políticas públicas, a base teórica parece insuficiente ou mesmo superficial, assim como a atuação das entidades de classe parecem ser capazes de suprir essa lacuna. Isso reforça a necessidade de uma revisão curricular e de maior engajamento das entidades em níveis mais ativos de participação política.

4.4 DESCRIÇÃO COM RELAÇÃO ÀS PERCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

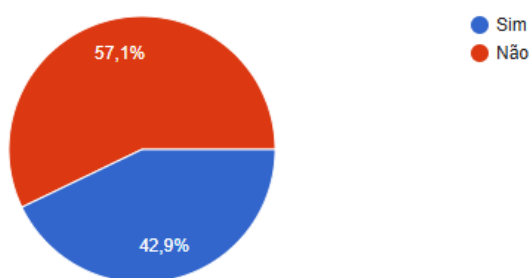
A descrição das percepções das pessoas bibliotecárias sobre políticas públicas revela um cenário de distanciamento entre a formulação e a prática. Quando questionados se as políticas públicas são construídas de forma participativa, 57,1% (4) dos respondentes afirmaram que não, enquanto 42,9% (3) consideram que sim (Gráfico 13). Essa percepção majoritária de exclusão do processo decisório reflete a análise de Brayner e Mattos (2018), que apontam para uma “inação” ou “apraxia” das entidades representativas durante a formulação de políticas, resultando em instrumentos legais que não incorporam adequadamente as necessidades e expertise dos profissionais do campo.

Contudo, como ressaltam Spudeit e Lobão (2018), é fundamental compreender que as entidades de classe são, em sua essência, a materialização da ação coletiva dos próprios profissionais. A “apraxia” das entidades, portanto, não é um fenômeno autônomo, mas sim um sintoma e um reflexo direto do distanciamento e da baixa participação da base profissional

nestes espaços. Se as pessoas bibliotecárias, individualmente, não se engajam, não cobram e não participam ativamente das associações e conselhos, a capacidade de ação política coletiva fica inevitavelmente fragilizada. Como bem enfatiza Brayner e Mattos (2018, p. 190) “Essa falta de participação política enfraquece o coletivo do qual o indivíduo faz parte, ainda que o ignore, incluindo as políticas públicas que entrelaçam sua atuação profissional”.

Este cenário configura uma dinâmica de autoalimentação do problema: a percepção de que as entidades são inativas ou ineficazes desestimula a participação dos profissionais; e a baixa participação, por sua vez, esvazia e enfraquece as entidades, confirmando e aprofundando sua suposta “apraxia”. Desse modo, a crítica à não-participação nas políticas públicas precisa ser direcionada não apenas às entidades, mas também à postura individual e coletiva da categoria que, ao se manter à margem dos espaços de representação, abdica do seu poder de influência. A percepção de exclusão, portanto, é também um indicativo de uma cultura profissional que, por razões estruturais e formativas, ainda não internalizou plenamente que a força do coletivo é o principal motor para a efetividade das políticas que visam beneficiá-los.

Gráfico 13 - Percepção sobre a construção participativa das políticas públicas.



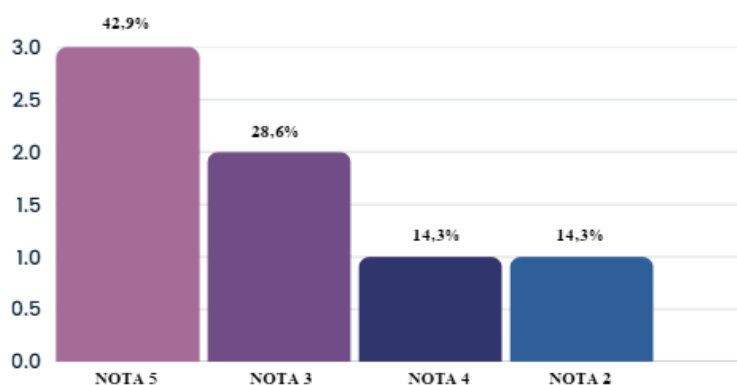
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No que tange ao autoconhecimento sobre as principais políticas públicas nacionais para o livro, leitura e bibliotecas, os resultados são heterogêneos: 42,9% (3) dos respondentes avaliaram seu conhecimento com nota 5, 28,6% (2) com nota 3, 14,3% (1) com nota 4 e 14,3% (1) com nota 2 (Gráfico 14). Este cenário ganha contornos paradoxais quando contrastados com o alto nível de titulação da amostra, majoritariamente composta por mestres (57,1%).

O fato de os profissionais academicamente qualificados autoavaliarem seu conhecimento sobre políticas públicas de forma tão moderada, não sinaliza uma falta de capacidade individual, mas aponta para uma desconexão estrutural entre a formação acadêmica e o letramento político profissional. A pós-graduação, teses, deveria instrumentalizar o profissional para uma atuação estratégica e crítica no campo, o que inclui o domínio do marco legal e político que rege sua área. A percepção de desconhecimento, portanto, evidencia que a excelência, por si só, não é garantia de familiaridade com os instrumentos de ação política que impactam diretamente a prática profissional.

Esta lacuna específica pode ser interpretada como um sintoma de que a formação em Biblioteconomia, mesmo em níveis avançados, ainda prioriza um eixo técnico-operacional e epistemológico em detrimento de um eixo político e de *advocacy*. O domínio sobre políticas públicas parece permanecer como um conhecimento periférico, não integrado ao núcleo duro das competências profissionais que a formação se propõe a construir. Dessa forma, os dados não refletem simplesmente uma deficiência formativa, mas a reprodução de um modelo de formação que não consegue traduzir a sofisticação intelectual e metodológica do mestrado em capital político para a atuação concreta e transformadora do bibliotecário na esfera pública.

Gráfico 14 - Avaliação sobre autoconhecimento em políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Especificamente sobre o conhecimento de instrumentos legais recentes, observa-se que 71,4% (5) dos participantes afirmam conhecer bem as Leis Federais nº 12.244/2010 e nº 14.837/2024, que tratam da universalização das bibliotecas escolares e criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), 28,6% (2) disseram ter ouvido falar, mas não conhecem os detalhes (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Conhecimento sobre as leis 12.244/2010 e 14.837/2024.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

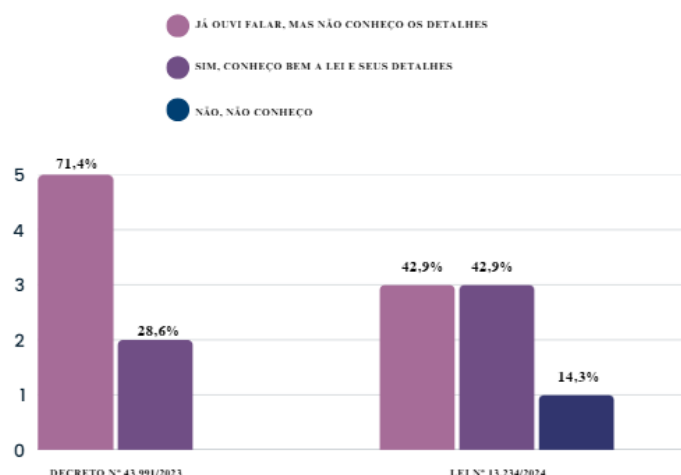
Este dado, contudo, não pode ser lido de forma isolada ou puramente positiva. O fato de que quase um terço dos profissionais - majoritariamente pós-graduados - declaram não dominar os detalhes de leis fundamentais que impactam diretamente o núcleo de sua atuação profissional é um sinal alarmante. Ele aponta para um estado de letargia política que transcende a esfera da formação inicial. A promulgação da lei 14.837/2024, que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolas, representa um dos avanços legais mais significativos para a área na última década. A desatenção a um desenvolvimento dessa magnitude revela uma desconexão crítica entre a categoria e o ambiente político-institucional que determina o futuro de suas próprias práticas.

Essa letargia não é um fenômeno individual, mas um sintoma coletivo que envolve a base profissional, as entidades de classe e as instituições formadoras. Se as pessoas bibliotecárias, especialmente os mais qualificados, não se constituem como público atento e demandante em relação às políticas que os afetam, criam-se as condições para que: 1) as entidades de classe atuem em um vácuo de pressão e participação, tornando sua atuação mais reativa do que propositivas; e 2) a implementação das leis ocorra de forma capilar e frágil, por falta de um corpo profissional mobilizado para cobrar e fiscalizar. O resultado é a perpetuação de um cenário de inércia, onde a existência da lei não se converte, necessariamente, em transformação material na realidade das bibliotecas. Apesar de uma aparente maioria declarar conhecer as leis, a robustez desse conhecimento e, sobretudo, a sua conversão em ação política efetiva, permanecem como questões centrais e desafiadoras para a categoria.

Em relação ao decreto estadual nº 43.991/2023 que instituiu o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado da Paraíba (SEBP-PB) as respostas se distribuíram entre 71,4% (5) afirmarem já ter ouvido falar, mas não conhece os detalhes e 28,6% (2) afirmarem

conhecer bem (Gráfico 16). Sobre a lei 13.234/2024 que instituiu o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Estado da Paraíba (PELLLB-PB), as respostas se dividiram: 42,9% (3) disseram que já ouviram falar, mas não conhecem os detalhes, 42,9% (3) falaram conhecer bem e 14,3% (1) disse não conhecer a lei (Gráfico 16). Essa assimetria no conhecimento entre as leis federais e estaduais ilustra a fragilidade na construção política para a área e a desarticulação entre esferas de governo (Spudeit; Lobão, 2018). Políticas nacionais, como a lei 12.244/2024, ganham mais destaque na mídia e no debate acadêmico. Já as políticas estaduais e municipais dependem de uma forte articulação e divulgação local por parte dos conselhos e associações regionais, que muitas vezes carecem de estrutura e recursos, tornando-as menos conhecidas mesmo pelos profissionais da região.

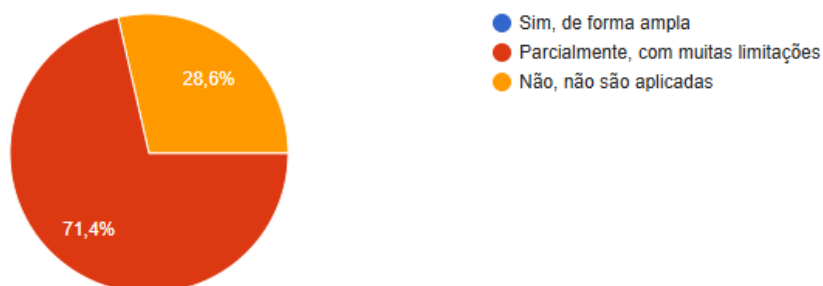
Gráfico 16 - Conhecimento dos bibliotecário sobre o Decreto 43.991/2023 e a Lei 13.234/2024



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A percepção sobre a efetividade das políticas nacionais e estaduais no município de João Pessoa é majoritariamente crítica: 71,4% (5) avaliam que são aplicadas apenas parcialmente e com muitas limitações, e 28,6% (2) disseram que não, não são aplicadas (Gráfico 17).

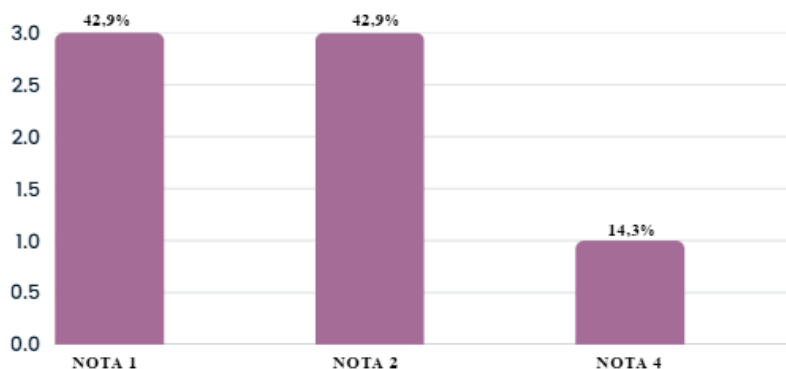
Gráfico 17 - Percepção sobre a efetividade das políticas nacionais em João Pessoa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quando solicitados a atribuir uma nota à execução prática dessas políticas no município, 42,9% (3) deram nota 1, 42,9% (3) deram nota 2 e 14,3% (1) deram nota 1 (Gráfico 18). Esse dado corrobora com Brayner e Mattos (2018) no que tange a desconexão entre a letra da lei e a realidade prática. Quando o profissional central para a operacionalização da política é invisibilizado em sua formulação, a implementação tende a ser falha, burocrática e deslocada das necessidades locais. A percepção de que as políticas são aplicadas apenas “parcialmente e com muitas limitações” é um sintoma claro dessa desconexão originária.

Gráfico 18 - Avaliação da execução prática das políticas públicas para bibliotecas em João Pessoa/PB.

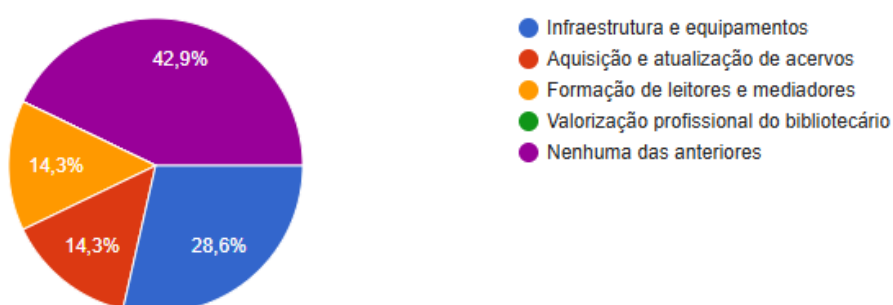


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quanto ao direcionamento das políticas públicas atuais, 42,9% (3) dos respondentes julgaram que não se enquadram em nenhuma das opções apresentadas (infraestrutura, formação de leitores, aquisição de livros,) sugerindo uma percepção de desalinhamento ou

falta de foco, 28,6% (2) disseram ser direcionadas a infraestrutura e equipamento, 14,3% (1) para formação de leitores e 14,3% (1) disseram aquisição e atualização de acervos (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Percepção sobre o direcionamento das políticas públicas atuais.



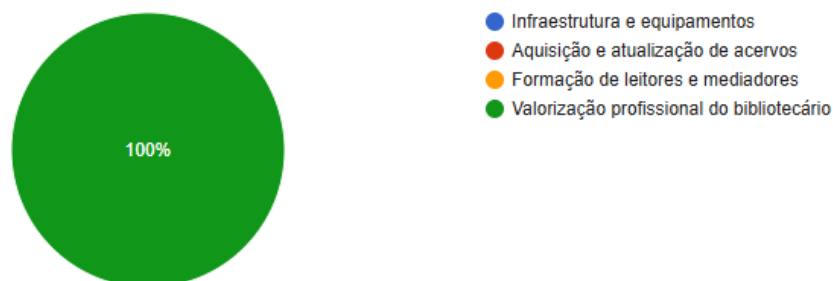
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Notavelmente, 100% (7) dos participantes identificaram a “valorização do profissional bibliotecário” como a área mais negligenciada pelas políticas públicas (Gráfico 20). Essa unanimidade ressoa a análise de Brayner e Mattos (2018), que demonstram como o bibliotecário foi historicamente invisibilizado em políticas centrais, como a Política Nacional do Livro, refletindo uma falta de reconhecimento de seu papel estratégico.

Contudo, essa percepção unânime precisa ser contextualizada à luz dos demais achados da pesquisa. A reivindicação por valorização, quando confrontada com o autorreconhecimento de desinformação sobre políticas públicas e com a percepção de exclusão dos processos decisórios, revela uma paradoxal desconexão entre demanda e ação. Se, por um lado, a categoria identifica claramente a desvalorização como um problema central, por outro, demonstra dificuldades em mobilizar-se coletivamente para reverter esse cenário através dos instrumentos políticos disponíveis.

Essa contradição sugere que o processo de valorização profissional não pode ser compreendido como uma via unilateral, mas sim como um processo dialético que exige contrapartida ativa da própria categoria. A valorização almejada pressupõem, necessariamente, um autorreconhecimento do valor estratégico da profissão, materializado através de: a) domínio substantivo das políticas que regem a área; b) participação qualificada nos fóruns de decisão e c) articulação constante com as entidades representativas.

Gráfico 20 - Percepção sobre a área mais negligenciada nas políticas públicas para o livro leitura e bibliotecas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A unanimidade na percepção de desvalorização, portanto, mais do que um diagnóstico sobre as falhas do poder público, pode ser lida como um indicador do desafio político-interno que a categoria precisa enfrentar: o de converter a consciência da própria importância em práticas efetivas de *advocacy* e mobilização profissional. A valorização começa, necessariamente, pelo autorreconhecimento e pela consequente ação política organizada para fazê-la ser social e institucionalmente reconhecida. Pois, como traduzido por Brayner e Mattos (2018, p. 191),

[...] a não intervenção de certos atores [as pessoas bibliotecárias], seja por desinteresse, desconhecimento da liturgia do Estado ou, mesmo, boicote, fica explicitada pela mitigação ou, mesmo, invisibilização de suas demandas, seja enquanto categoria profissional, seja enquanto porta-voz de grupos sociais mais vastos.

Perguntados sobre a continuidade das ações e políticas públicas entre diferentes gestões governamentais em João Pessoa, 85,7% (6) relatam uma “uma ruptura completa” a cada nova gestão municipal, enquanto 14,3% (1) disseram haver pouca continuidade, muitas ações são descontinuadas. Esta percepção pode ser compreendida à luz do modelo de “Equilíbrio interrompido”, elaborado por Baumgartner e Jones (1993), apresentado por Souza (2007). Segundo este modelo, a trajetória das políticas públicas é caracterizada por longos períodos de estabilidade e inércia, interrompidos por breves e bruscos períodos de mudança radical. A “ruptura completa” percebida pelas pessoas bibliotecárias é a manifestação

empírica deste modelo em nível municipal: o que deveria ser um processo de incrementalismo, ajustes e melhorias contínuas nas políticas existentes, se transforma, a cada nova gestão, em um “reset”, um recomeço a partir do zero.

Esta ruptura sistemática sinaliza uma falha crônica de institucionalização. Como define Souza (2007), políticas públicas são ações intencionais, com objetivos a serem alcançados e, crucialmente, uma política de longo prazo. A ausência de um plano municipal formalizado e com força de lei, faz com que as políticas para o livro e leitura em João Pessoa nunca transcendam o estágio de *policy* (ações de governo circunstanciais) para se tornarem *polity* (parte da estrutura permanente e das regras do Estado local).

Portanto, a percepção de ruptura não é uma mera impressão subjetiva, mas o reflexo de um déficit de governança e da baixa densidade institucional do campo na esfera municipal. A cada nova gestão, o “equilíbrio” é “interrompido” de forma traumática porque não existem instituições, regras e processos suficientemente fortes para garantir a continuidade das ações, confirmando a análise de que decisões tomadas no passado constroem decisões futuras, ou, no caso de João Pessoa, a ausência de decisões estruturantes no passado permite a ruptura constante no futuro.

Gráfico 21 - Percepção sobre a continuidade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas entre as gestões municipais de João Pessoa/PB.

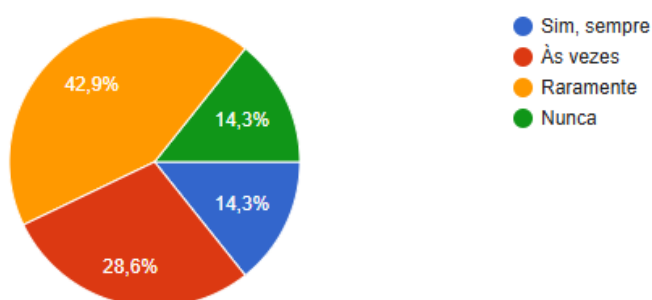


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Sobre a construção das políticas públicas para bibliotecas serem construídas de forma participativa com a contribuição da sociedade 42,9% (3) disseram “raramente”, 28,6%(2) disseram “às vezes”, 14,3%(1) disseram “nunca” e 14,3%(1) disseram “sim, sempre” (Gráfico 22). Esses resultados destacam uma prática irregular e insuficiente de consulta à sociedade civil e aos profissionais. Essa instabilidade e falta de participação sustentada são

características do ciclo de descontinuidade analisado por Brayner e Mattos (2018), que fragiliza a consolidação de qualquer política de Estado de longo prazo.

Gráfico 22 - Percepção sobre a construção coletiva das políticas públicas em João Pessoa/PB.



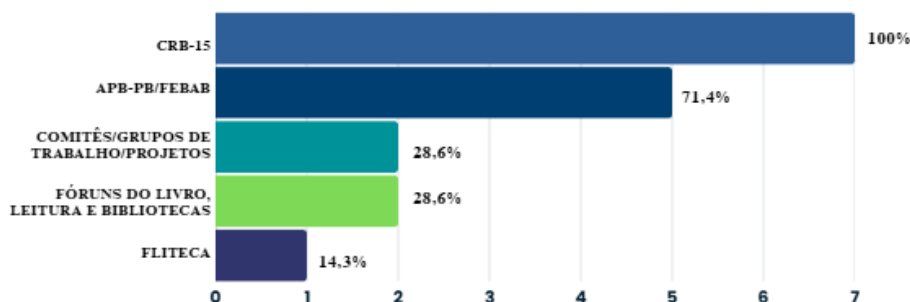
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Há uma clara percepção de exclusão dos bibliotecários nos processos de construção de políticas públicas, além de uma avaliação negativa quanto à sua implementação e continuidade. A valorização do profissional é vista como a grande lacuna, o que exige uma atuação mais estratégica e articulada da categoria e de suas entidades representativas.

4.5 CARACTERIZAÇÃO DAS PERCEPÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

Os dados sobre a atuação política das pessoas bibliotecárias de João Pessoa revelam um cenário paradoxal e revelador. 100% (7) dos participantes são registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-15) e uma expressiva maioria, 71,4% é filiada a Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APB-PB), demonstrando um reconhecimento formal da importância da representação de classe. No entanto, a participação em instâncias mais estratégicas e deliberativas, como fóruns setoriais (14,3%) e comitês de trabalho (28,6%), é significativamente menor (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Filiação dos bibliotecários.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa disparidade entre a filiação institucional e a participação ativa em espaços de influência direta ilustra a distinção feita por Bobbio (1998 *apud* Spudeit; Lobão, 2018) entre os níveis de participação política:

[...] um que envolve presença, seja em reuniões, exposição em mensagens ou propagandas políticas denotando comportamentos passivos. O segundo se relaciona a uma atividade prática com participação voluntária, seja dentro ou fora de organizações políticas, em manifestações públicas, militâncias, campanhas eleitorais, etc. O terceiro nível condiz com decisões, seja em eleger seus representantes delegando poderes ou mesmo se candidatar a representações em órgãos e entidades de classe ou mesmo em cargos governamentais (vereadores, prefeitos, líderes de partidos, deputados, entre outros cargos políticos).

Nesse aspecto, podemos entender o alto índice de participação no CRB-15 e na APB-PB como nível um de participação, caracterizando como uma participação passiva. A participação em fóruns e comitês se enquadram no nível dois. A baixa participação em comitês e fóruns deliberativos reflete um nível de participação ainda muito tímido, mostrando que a categoria em sua maioria ainda não avançou para uma atuação política mais influente.

Entretanto, vale frisar que a alta filiação dos respondentes ao CRB-15, reflete, sobretudo, o cumprimento de uma obrigatoriedade legal para o exercício da profissão, conforme determina a Lei nº 4.084/1962. Já a expressiva filiação voluntária à Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba, sinaliza um reconhecimento da importância do associativismo, possivelmente alinhado à visão de que “[...] as associações objetivam congregar os profissionais e organizações com atividades que agreguem valor à formação intelectual, como cursos, oficinas, palestras, congressos e jornadas, encontros, simpósios, aperfeiçoamentos e especializações” (Silva, 2016 *apud* Spudeit; Lobão, 2018, p. 162).

Contudo, este cenário aparentemente positivo esbarra em uma participação significativamente menor em instâncias estratégicas e deliberativas, como fóruns setoriais e comitês de trabalho. Este contraste entre uma adesão formal ampla e uma participação substantiva restrita pode ser analisada através de três hipóteses:

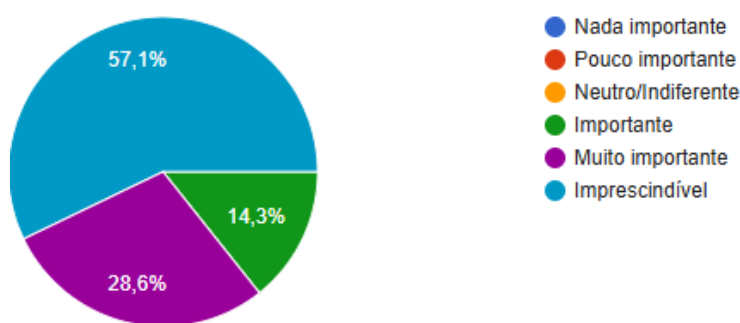
- 1) **Hipótese do engajamento instrumental:** a participação pode estar mais voltada para os benefícios imediatos e de formação (cursos, eventos, network) do que para a ação política em si. Isso refletiria uma compreensão da associação como um espaço de “congregação” e “agregação de valor à formação” (Silva, 2016), mas não necessariamente como um instrumento de luta política, o que demandaria uma participação mais intensa nos comitês e fóruns.
- 2) **Hipótese da fragilidade da ação coletiva:** a baixa participação nas instâncias deliberativas pode ser um sintoma do que Bobbio (2000 *apud* Spudeit e Lobão, 2018) identificam como uma “atitude passiva” e um “postura espectadora” por parte da pessoa bibliotecária perante as entidades de classe. Há uma delegação da responsabilidade política para a diretoria, sem uma responsabilização pela ação coletiva, o que esvazia os mecanismos de participação interna.
- 3) **Hipótese da desarticulação prática:** a própria estrutura das entidades, por vezes, pode não conseguir canalizar o potencial de seus associados. Conforme apontado por Ribeiro, Miranda e Reis (2013, p. 3), existe uma falha na comunicação do papel de cada instituição, pois, “[...] o profissional recém-formado raramente não tem dificuldade em saber qual o papel de cada instituição”. Essa desarticulação na divulgação e no funcionamento dos comitês pode criar uma barreira prática entre a intenção de participar e a efetiva integração nas instâncias estratégicas.

Dessa forma, os dados aqui apresentados indicam um engajamento em potencial que não se converte, integralmente, em ação política deliberativa. Esse fenômeno parece decorrer de uma combinação de fatores: uma cultura profissional que prioriza o benefício individual imediato, uma postura passiva diante da ação coletiva e possíveis deficiências na canalização e comunicação das oportunidades de participação pelas próprias entidades.

Questionados sobre a importância da atuação bibliotecária na formulação e implementação de políticas públicas, a maioria reconhece a importância de sua atuação na

formulação de políticas públicas, 57,1% (4) consideram imprescindível, 28,6% (2) disseram ser muito importante e 14,3% (1) disseram ser importante (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Percepção sobre a importância da atuação bibliotecária na formulação e implementação de políticas públicas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa percepção majoritária da centralidade do papel da atuação bibliotecária dialoga com o que Silva (2018) defende ao apontar a necessidade desse profissional assumir uma postura de agente transformador. Desse modo, é perceptível a autoconsciência de que sua expertise é crucial para garantir que as políticas públicas atendam aos reais interesses da sociedade, indo além de uma visão técnica e assumindo um compromisso político com a democratização do acesso à informação (Silva, 2018).

Contudo, esta autoconsciência da própria importância ganha contornos paradoxais quando contrastada com as percepções apresentadas nos Gráficos 19 e 20. Se, por um lado, os bibliotecários se reconhecem como atores cruciais (Gráfico 24), por outro, avaliam que as políticas públicas atuais estão desalinhadas e sem foco claro, com 42,9% dos respondentes afirmando que elas não se enquadram em nenhuma das áreas estratégicas apresentadas (Gráfico 19). Este cenário de desordenamento político apresenta-se como possível sintoma da exclusão desses profissionais em relação aos processos de formulação, cuja expertise poderia justamente conferir o direcionamento que julgam faltar.

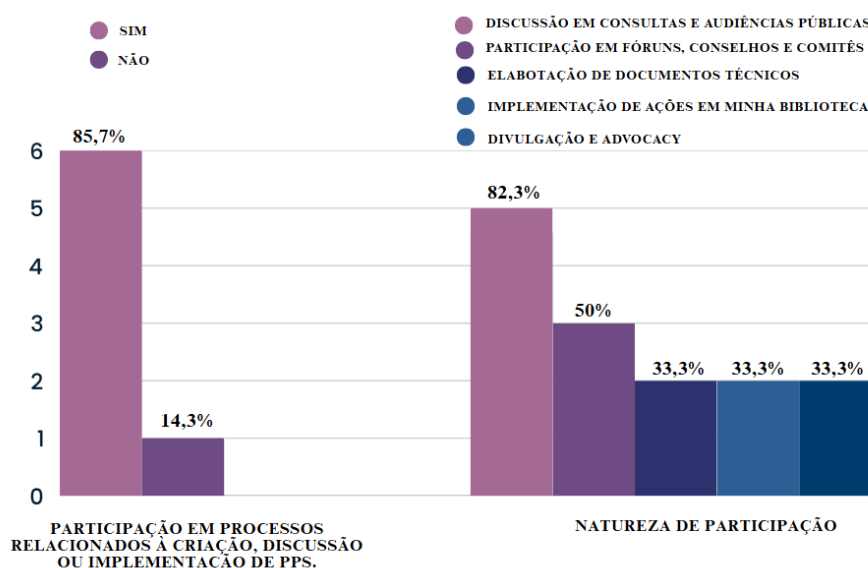
Essa possível contradição é revelada no Gráfico 20, que mostra a unanimidade (100%) na percepção de que a valorização profissional do bibliotecário é a área mais negligenciada. Este dado evidencia um abismo entre a autoimagem de imprescindibilidade (Gráfico 24) e a percepção de invisibilidade institucional (Gráfico 20). A categoria compreende seu valor

estratégico, mas vê esse valor sistematicamente ignorado pelas políticas que deveriam, em tese, ser o campo de sua atuação qualificada. Dessa forma, a consciência da própria importância não se converte, na prática, em reconhecimento externo ou em influência política efetiva, configurando um ciclo de frustração profissional e de inefetividade das políticas públicas. A superação deste paradoxo exige, portanto, que a crença na própria capacidade de transformação (Gráfico 24) se materialize em estratégias coletivas e proativas para alterar a realidade de desvalorização (Gráfico 20) e de desalinhamento das políticas (Gráfico 19).

Perguntados sobre a participação em processos relacionados à criação, discussão ou implementação de políticas públicas para área do livro, leitura e bibliotecas 85,7% (6) responderam que sim e 14,3% (1) responderam que não, mas que gostariam de participar. Aos que responderam sim questionamos a natureza da participação a qual obtivemos 82,3% (5) dos participantes responderam ter participado de discussão em consulta e audiências públicas (presenciais e online), 33,3% (2) disseram participar na elaboração de documentos técnicos, propostas ou moções, 50% (3) disseram participar de fóruns, conselhos ou comitês relacionados, 33,3% (2) disseram participar de implementação de ações da política na própria biblioteca/instituição e 33,3% (2) disseram que participam divulgando e realizando *advocacy* junto a gestores e à comunidade (Gráfico 25).

Esses percentuais contrastam com percepções anteriores que apontavam para um distanciamento entre a categoria e a formação política. Fica transparente que os participantes desta pesquisa participam, mas majoritariamente de forma que não garante a sustentabilidade e a capilaridade das políticas, conforme apontado pelo ciclo de descontinuidade de Brayner e Mattos (2018). Eles estão “na sala”, mas muitas vezes não estão “na mesa” onde as decisões são tomadas. Esta distinção é crucial para entender que a mera presença em audiências públicas, sem uma ação política organizada e contínua nas demais frentes, é insuficiente para reverter a fragilidade histórica das políticas para o Setor, explicando, assim, a coexistência deste dado com a percepção geral de invisibilidade e inefetividade.

Gráfico 25 - Distribuição da participação e natureza de participação em criação, discussões e implementações das Políticas públicas para área do livro, leitura e bibliotecas.



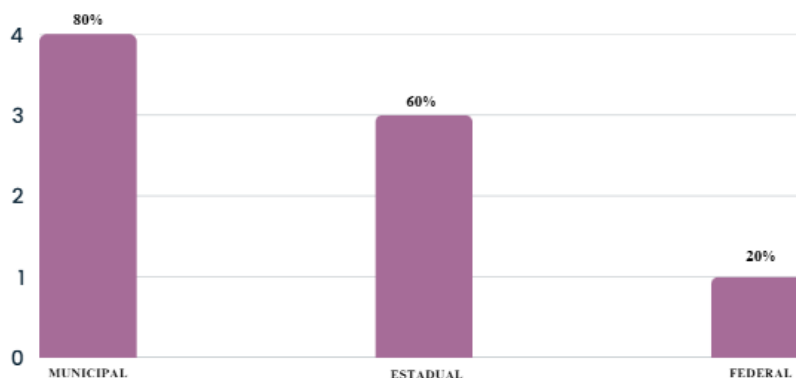
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Esses dados demonstram um movimento significativo, ainda que incipiente, de engajamento político da categoria. Como trazido por Bobbio (2000), a ação política vai além do Estado. Podemos perceber uma predominância do segundo nível de participação (Bobbio, 1998 *apud* Spudeit; Lobão, 2018), envolvendo atividade prática e voluntária e intervenção em espaços públicos, o que demonstra um avanço em relação a uma atuação meramente passiva e restrita ao ambiente institucional.

Podemos perceber que as respostas à questão anterior refletem nessa análise ao termos um baixo nível de participação na elaboração de documentos e divulgação, por exemplo. Isso sugere um grau de participação mais reativa.

Questionados sobre a esfera governamental a qual havia atuado ou acompanhado as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas, 80% (4) informaram esfera municipal, 60% (3) esfera estadual e 20% (1) esfera federal (Gráfico 26). Este dado corrobora com o mapeamento realizado por Spudeit e Lobão (2018), que mostra um nível de atuação política mais presente e visível no âmbito regional e local. A esfera federal, segundo as autoras, por sua complexidade e distância, exige uma articulação nacional mais forte.

Gráfico 26 - Esfera governamental de atuação dos respondentes



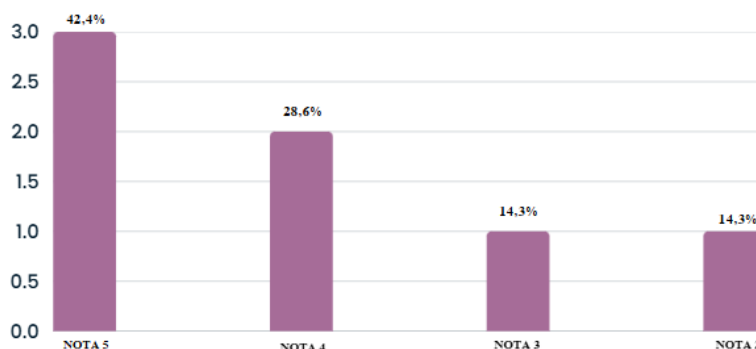
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Pedimos para que as pessoas bibliotecárias avaliassem sua participação política: 42,9% (3) deram nota 5, 28,6% (2) deram nota 4, 14,3% (1) deram nota 3 e 14,3% (1) deram nota 1 (Gráfico 27). Essa percepção elevada entra em clara dissonância com o conjunto da evidência empírica coletada: o autorreconhecimento de desinformação sobre políticas específicas, a participação majoritariamente restrita a modalidades pontuais e reativas (como audiências públicas), a baixa atuação em instâncias deliberativas e a percepção unânime de desvalorização profissional perante o estado.

Essa dissonância sugere, portanto, que os respondentes possuem um conceito ampliado e pouco estratificado do que constitui participação política. Em outras palavras, a categoria parece operar com uma lógica que equipara a intenção e a ação circunscrita a uma participação política efetiva. Isso pode ser um reflexo do que Bobbio (1998) classificaria como um nível inicial de participação política, baseado na presença e na adesão, em contraposição a níveis mais avançados que envolvem decisão e ação estratégica continuada.

Conclui-se, assim, que a raiz da contradição não está nos dados, mas na divergência de expectativas e na conceituação do que seja fazer política. A autoimagem de uma categoria participante convive com a realidade de uma atuação fragmentada e de baixa influência precisamente porque o patamar de atuação que consideram suficiente para se auto avaliarem positivamente é, na prática, insuficiente para alterar o *status quo* de descontinuidade e invisibilidade que eles próprios criticam. Esta é a encarnação final do paradoxo: o reconhecimento do problema não se converte em uma autoavaliação crítica sobre a efetividade da própria ação para solucioná-la.

Gráfico 27 - Avaliação com relação a sua participação política.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

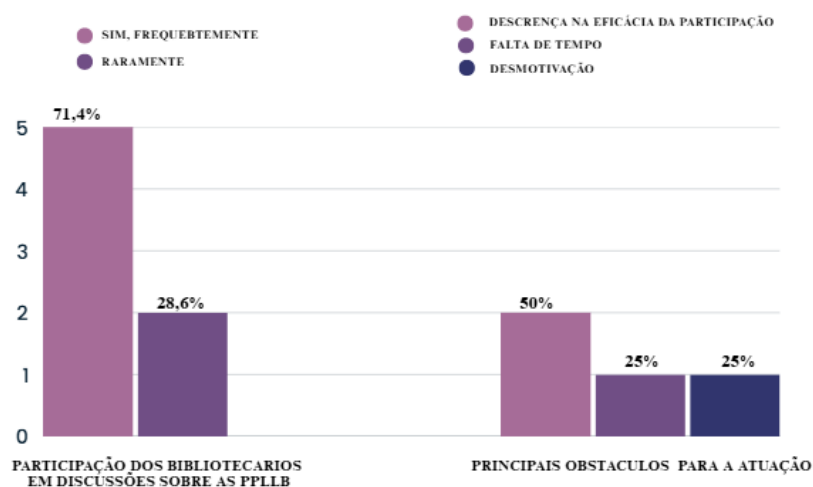
Questionamos se na prática profissional as pessoas bibliotecárias defendiam ou discutiam ativamente a importância das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas e 71,4% (5) disseram que sim, frequentemente e 28,6% (2) disseram que raramente (Gráfico 28). Aos que responderam raramente questionamos qual seria o principal obstáculo na atuação em defesa das políticas públicas e as principais respostas foram: falta de tempo (25%), descrença na eficácia da participação (50%) e desmotivação (25%) (Gráfico 28). A descrença na eficácia da participação e a desmotivação são consequências diretas da formação despolitizada e do conservadorismo da educação apontados por Spudeit, Moraes e Correa (2018).

Este último dado é particularmente grave e revelador. A descrença na eficácia da participação representa mais do que um obstáculo logístico ou anímico; é a negação prática do poder coletivo e a internalização de um sentimento de impotência perante a máquina estatal. Quando metade dos participantes que responderam raramente participar de discussões sobre políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas, não acredita que sua voz ou ação possa gerar impacto, configura-se um quadro de alienação política que inviabiliza qualquer projeto sustentável de *advocacy*.

Esta descrença pode ser interpretada, de fato, como uma consequência da formação despolitizada e do conservadorismo da educação (Spudeit; Moraes; Correa, 2018), que não instrumentaliza o profissional com as ferramentas teóricas e práticas para o embate político. No entanto, seu significado é mais profundo: ela funciona como um mecanismo de auto anulação e um profundo ciclo de desmobilização. A descrença leva à não-participação; a não-participação garante a inefetividade das políticas e a inefetividade, por sua vez, retroalimenta e comprova a descrença inicial.

Portanto, este não é apenas um dado sobre obstáculos, mas um diagnóstico de um dos núcleos do problema: a falha em constituir uma identidade profissional que se compreenda como sujeito político capaz de transformar sua realidade. Superar a descrença não é um passo prévio à luta política; é a própria essência da luta pela hegemonia no campo das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas.

Gráfico 28 - Participação em discussões sobre políticas públicas para o LLB e principais obstáculos na falta de participação.

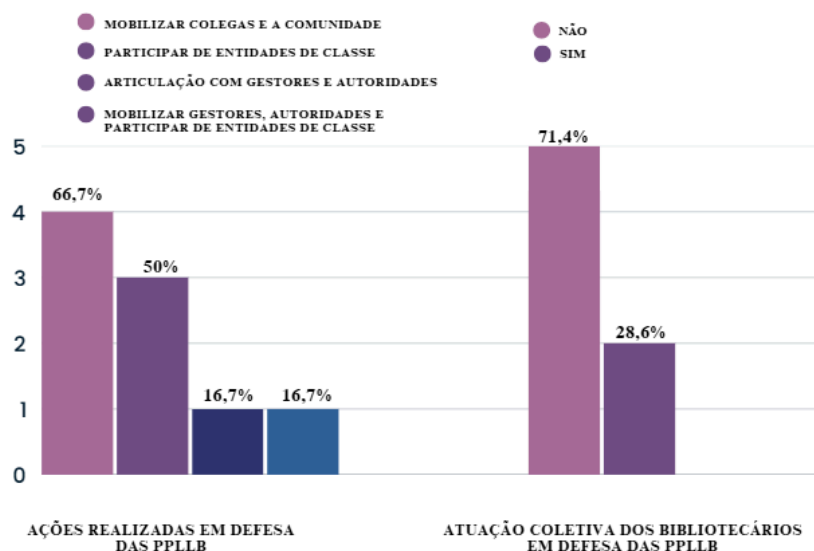


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Ao serem questionados sobre as principais ações que realizam em defesa das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas obtivemos as seguintes respostas: 66,7% (4) responderam mobilizar colegas e a comunidade, 50% (3) disseram participar de entidades de classe, 16,7% (1) disseram articular com gestores e autoridades e 16,7% (1) disseram mobilizar colegas, gestores e autoridades e participar de entidades de classe (Gráfico 29).

Perguntamos se as pessoas bibliotecárias acreditam que a categoria dos bibliotecários em João Pessoa atua de forma coletiva e unida na defesa de políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas, onde 71,4 % (5) disseram que não e 28,6% (2) disseram que sim (Gráfico 29). Esta percepção é um reflexo claro da análise de Spudeit e Lobão (2018) sobre a fragilidade do associativismo bibliotecário. A sensação de desunião entre os colegas de João Pessoa é um microcosmo desse problema nacional.

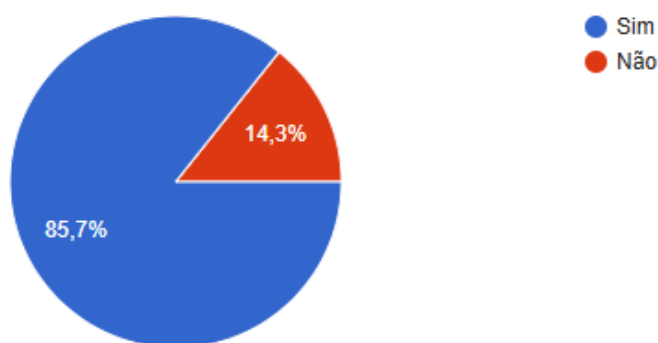
Gráfico 29 - Ações realizadas em defesa das PPLLs e percepção sobre atuação coletiva dos em defesa das PPLLs.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Questionados sobre a existência de espaço institucional para que as pessoas bibliotecárias possam influenciar as decisões públicas, 85,7% (6) responderam que sim e 14,3% (1) responderam que não (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Percepção sobre a existência de espaço institucional para influência em decisões públicas.

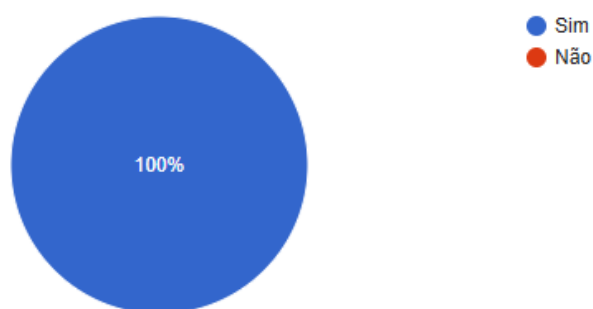


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Também perguntamos se os participantes acreditam que a atuação bibliotecária pode modificar a realidade das bibliotecas públicas e escolares de João Pessoa e todos responderam que sim, 100% (7) (Gráfico 31). Esta crença unânime no poder de agência profissional, no entanto, não se materializa na intensidade e na forma de participação política necessárias para

efetivar tal mudança, criando uma divergência que este estudo revela: uma fé coletiva no potencial transformador convive com uma prática política fragmentada e insuficiente.

Gráfico 31 - Percepção sobre o impacto transformador de sua atuação.



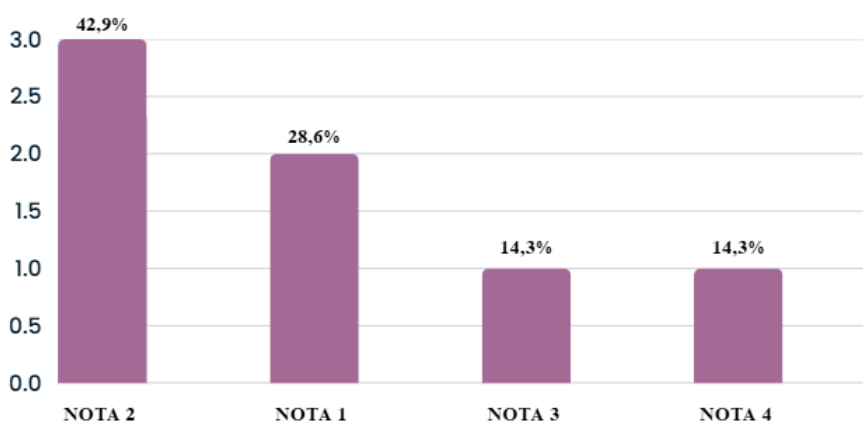
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Há um reconhecimento do papel político do bibliotecário, mas a transição da filiação para a ação estratégica ainda é incipiente. A descrença e a falta de articulação coletiva são barreiras a serem superadas por meio de maior mobilização e formação política.

4.6 AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE E OBSTÁCULOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Nessa seção pedimos aos participantes que avaliassem a efetividade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa. 42,9%(3) deram nota 2, 28,6% (2) deram nota 1, 14,3% (1) nota 3 e 14,3% (1) nota 4 (Gráfico 32).

Gráfico 32 - Percepção sobre a EFETIVIDADE das PPLBs em João Pessoa/PB

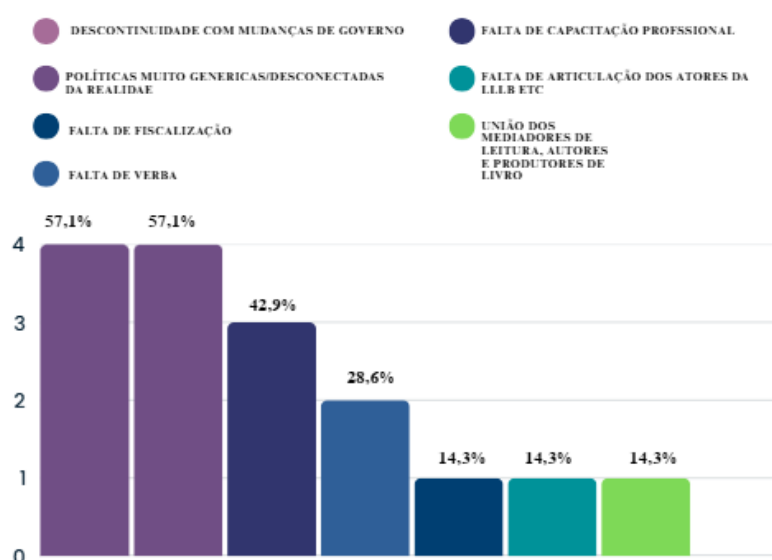


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa avaliação reflete uma percepção de que as políticas existentes são pouco impactantes ou não se concretizam na prática. Isso mostra uma desarticulação entre o planejamento e a execução dessas políticas, além da pouca capilaridade das ações no município.

Pedimos que os participantes apontassem o maior obstáculo para a implementação bem-sucedida das políticas públicas. 57,1% (4) marcaram descontinuidade com as mudanças de governo, 57,1% (4) apontaram políticas públicas muito genéricas/desconectadas da realidade local, 42,9% (3) disseram ser a falta de fiscalização, 28,6% (2) falta de verba, 14,3% (1) falta de capacitação dos profissionais, 14,3% (1) “falta de articulação dos atores do LLLB, não só da categoria Bibliotecária, no sentido de participar dos fóruns da área, pensar em estratégias coletivas de atuação e não apenas interessadas em recursos para projetos individuais e pontuais. Capacidade de diálogo para lidar com as divergências e encontrar o ponto de convergência para algo maior, estruturante e duradoura que são as políticas públicas para o LLLB, e 14,3% (1) respondeu à união dos mediadores de leitura, autores e produtores de livros”(Gráfico 33).

Gráfico 33 - Obstáculos para a implementação bem sucedida das PPLLBs.



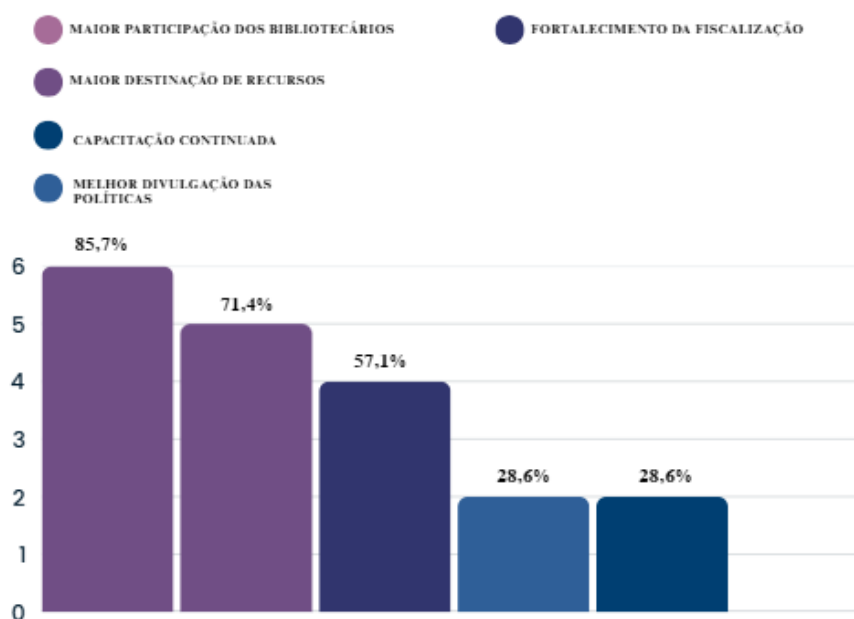
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A descontinuidade, citada pela maioria, evidencia a falta de institucionalização das políticas públicas, tornando-as reféns de interesses governamentais passageiros. Já a crítica a

políticas genéricas ou desconectadas da realidade local remete à necessidade de participação ativa dos profissionais no processo de construção. A falta de fiscalização e de recursos financeiros apontadas como obstáculos indica uma limitação na governança e no comprometimento do poder público com a agenda do livro, leitura e bibliotecas, questão que, segundo Almeida Júnior (1995), só será superada com maior mobilização e pressão social organizada.

Questionamos a opinião dos respondentes sobre as três ações mais importantes para melhorar as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa/PB, 85,7% (6) informação maior participação dos bibliotecários na formulação, 71,4% (5) disseram maior destinação de recursos financeiros, 57,1% (4) capacitação continuada, 28,6% (2) melhor divulgação das políticas existentes e 28,6% (2) fortalecimento de fiscalização (Gráfico 34).

Gráfico 34 - As três ações mais importante para melhorar as PPLLBs



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Essa tríade de prioridades revela nuances importantes sobre a autorreflexão da categoria. Em primeiro lugar o apelo por “capacitação continuada” vindo de uma maioria com título mestre, não deve ser lido como uma demanda por qualificação técnica ou acadêmica, mas sim como um sintoma da lacuna de letramento político e de ferramentas para o *advocacy*. É uma busca por instrumentalização para atuar no campo político-institucional.

Essa tríade de prioridades – maior participação na formulação (85,7%), mais recursos financeiros (71,4%) e capacitação continuada (57,1%) – revela nuances importantes sobre a autorreflexão da categoria e dialoga diretamente com os paradoxos já identificados nos Gráficos 19, 20 e 24.

Em primeiro lugar, o apelo por ‘capacitação continuada’, vindo de uma maioria com título de mestre, não deve ser lido como uma demanda por qualificação técnica ou acadêmica, mas sim como um sintoma da lacuna de letramento político e de ferramentas para o advocacy. É uma busca por instrumentalização para atuar no campo político-institucional, uma competência que se mostra urgente quando se observa que 42,9% dos respondentes (Gráfico 19) julgam que as políticas atuais não se direcionam a nenhuma frente específica, num claro sinal de desalinhamento e falta de foco que uma atuação política qualificada poderia ajudar a reverter.

Em segunda lugar, e mais crucial, a ênfase na ‘maior participação’ como solução central precisa ser lida em conjunto com outros dois achados fundamentais: a percepção unânime (100%) de que a ‘valorização profissional’ é a área mais negligenciada (Gráfico 20) e o reconhecimento majoritário da importância ‘imprescindível’ ou ‘muito importante’ do bibliotecário na formulação de políticas (Gráfico 24). Este conjunto de dados revela uma contradição performática: a categoria identifica corretamente o diagnóstico – sua exclusão e desvalorização – e reconhece sua própria centralidade potencial, mas, ao eleger a ‘participação’ como solução, parece atribuí-la principalmente a um acesso concedido, em vez de uma ação proativa de conquista de espaço.

Há, portanto, uma concepção ainda passiva e simplista de participação, que a entende mais como um convite ao debate do que como uma estratégia organizada de influência para superar a própria desvalorização. A baixa menção ao ‘fortalecimento da fiscalização’

Em segunda lugar, e mais crucial, a ênfase na maior participação como solução central, mas sem uma autocrítica sobre a natureza dessa participação. A categoria identifica corretamente o diagnóstico, mas parece atribuir a solução principalmente a um acesso concedido, em vez de uma ação proativa de conquista de espaço.

Há, portanto, uma concepção ainda passiva e simplista de participação, que entende mais como um convite ao debate do que como uma estratégia organizada de influência. A baixa menção ao fortalecimento da fiscalização (apenas 28,6%) como ação prioritária, somada à própria descrença na eficácia da participação já identificada na seção 4.5, reforça que a categoria, embora consciente de seu potencial (Gráfico 24) e de sua invisibilidade (Gráfico 20), ainda não se vê coletivamente como um sujeito político capaz de forçar a abertura desses

espaços. A demanda por participação, assim, é genuína, mas ainda não está articulada como um projeto de poder capaz de enfrentar o núcleo do problema por ela mesma identificado: a desvalorização profissional.

As sugestões de melhoria apontadas pelas pessoas bibliotecárias - como maior participação na formulação (85,7%), mais recursos financeiros (71,4%) e capacitação continuada (57,1%), reforçam a tese de que a inclusão profissional nos processos decisórios é vista como estratégica para a consolidação das políticas públicas. Esta percepção dialoga diretamente com a defesa de uma Biblioteconomia politicamente engajada, na qual, conforme Spudeit e Lobão (2018), o bibliotecário transcende a condição de mero executor técnico para assumir-se como sujeito ativo na construção de políticas públicas consistentes e duradouras.

Esta visão dialoga com Brayner e Mattos (2018), para quem a superação da histórica invisibilidade do bibliotecário exige uma atuação proativa e coletiva, capaz de influenciar a agenda política. O pleito por maior participação na formulação, portanto, não é apenas uma demanda por inclusão, mas um reconhecimento tácito de que, como afirma Souza (2007), a política é um campo de conflito e construção onde o Estado em ação deve incorporar os saberes dos atores diretamente impactados.

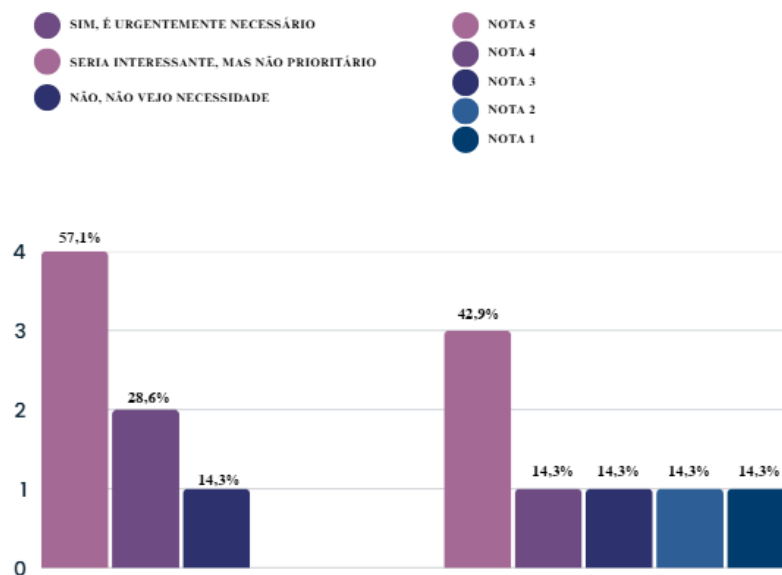
4.7 RECOMENDAÇÕES

A última seção do questionário buscou identificar a opinião dos participantes com relação a necessidade de criação de um fórum municipal permanente de bibliotecários em João Pessoa, o grau de urgência para criação desse espaço de criação, as estratégias que podem fortalecer a atuação política deste profissional, a necessidade de formações específicas em *advocacy* bibliotecária, a percepção sobre qual entidade deve liderar a articulação política da categoria, a necessidade de construção de uma maior unidade política para avançar em pautas políticas sobre livro, leitura e biblioteca, avaliação sobre a disposição dos participantes em participar de mobilizações políticas pela biblioteca e duas perguntas abertas sobre que eles pudessem escrever suas percepções sobre a Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas e que deixasse uma recomendação direta ao poder público municipal sobre as bibliotecas de João Pessoa.

Sobre a necessidade de criação de um fórum municipal permanente de bibliotecários, 57,1% (4) responderam que sim, que é urgente e necessário, 28,6% (2) responderam que seria interessante, mas não prioritário e 14,3% (1) respondeu que não. Ao avaliarem o grau de

urgência para criação desse espaço de articulação, 42,9% (3) deram nota 5, 14,3% (1) nota 1, 14,3% (1) nota 2, 14,3% (1) deram nota 3 e 14,3% (1) deram nota 4 (Gráfico 35).

Gráfico 35 - Avaliação sobre a necessidade e grau de urgência da criação de um fórum permanente de bibliotecários.

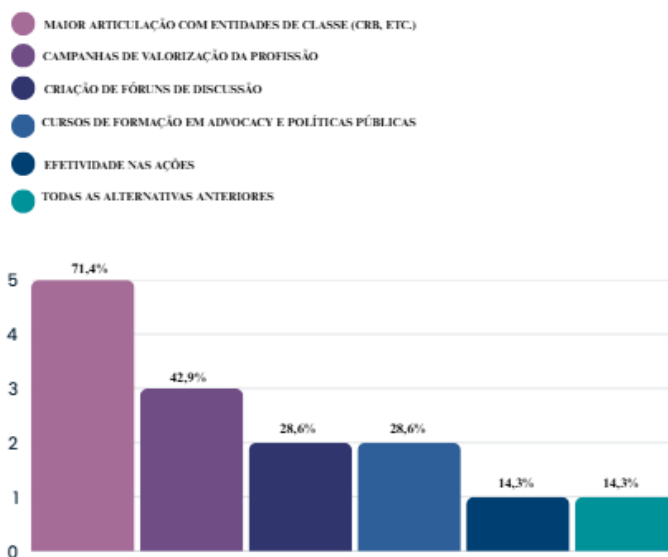


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A demanda majoritária por um fórum municipal permanente, considerado urgente por parte significativa dos respondentes, reflete a percepção de que a articulação coletiva é fundamental para dar força política às reivindicações da categoria. Esse espaço é visto como um mecanismo de fortalecimento da identidade profissional e de construção de uma agenda comum, alinhando-se à visão de Bobbio (1998) sobre a importância de instâncias de participação para influenciar políticas públicas.

Com relação às estratégias que as pessoas bibliotecárias acreditam que poderiam fortalecer a atuação política desse profissional, 71,4% (5) respondeu maior articulação com as entidades de classe, 42,9% (3) disseram campanhas de valorização profissional, 28,6% (2) criação de fóruns de discussão, 28,6% (2) cursos de formação em *advocacy* e políticas públicas, 14,3% (1) declararam que todas as alternativas propostas e 14,3% (1) afirmou efetividade nas ações (Gráfico 36).

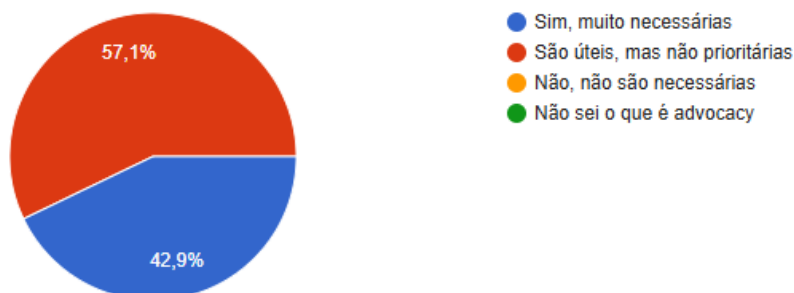
Gráfico 36 - Estratégias para fortalecer a atuação política da pessoa bibliotecária.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

As estratégias apontadas para fortalecer a atuação política, com destaque para maior articulação com entidades de classe e campanhas de valorização profissional, evidenciam que os participantes reconhecem a necessidade de institucionalizar sua representação, em vez de depender de ações individuais ou esporádicas. Essa visão corrobora a análise de Ribeiro, Miranda e Reis (2013), para quem a atuação coordenada entre conselhos, associações e sindicatos é essencial para dar consistência às reivindicações da categoria.

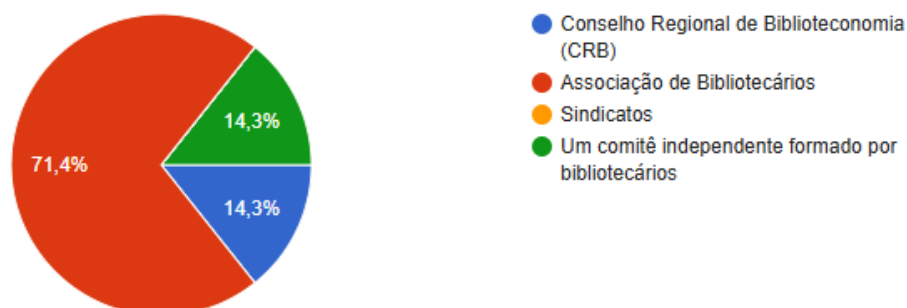
Questionados sobre formações específicas em *advocacy* serem necessárias, 57,1% (4) responderam ser úteis, mas não prioritárias e 42,9% (3) disseram que sim, são muito necessárias (Gráfico 37). A preferência pela Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba como líder da articulação política sugere uma busca por uma representação menos vinculado à esfera fiscalizatória e mais voltada à mobilização e ao *advocacy*, o que pode indicar uma certa insatisfação com o modelo atual de representação. Esse ponto reforça a tese de que as entidades de classe precisam repensar seu para além da função normativa, assumindo uma postura mais propositiva e articuladora.

Gráfico 37- Percepção com relação a necessidade em formações específicas de *advocacy*.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Sobre a entidade que deve liderar a articulação política da categoria em João Pessoa, 71,4% (5) responderam a Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APB-PB), 14,3% (1) um comitê independente formado por bibliotecários e 14,3% (1) o Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) (Gráfico 38).

Gráfico 38 - Entidade que deve liderar a articulação política da categoria.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com relação a necessidade de construir uma maior unidade bibliotecária para avançar nas pautas em políticas públicas, 71,4% (5) disse que sim, é o principal desafio e 28,6% (2) respondeu que sim, mas há outros desafios igualmente importantes (Gráfico 39).

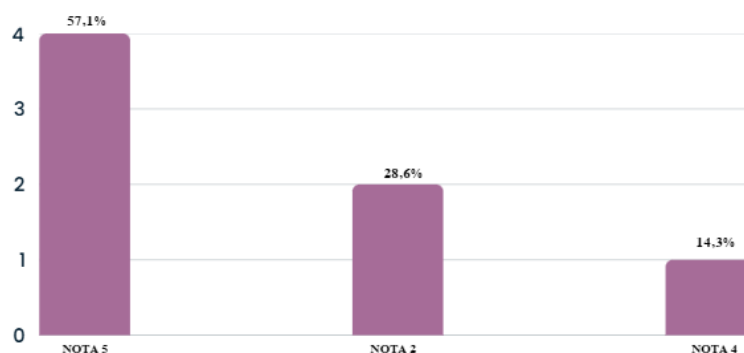
Gráfico 39 - Necessidade de construir maior unidade bibliotecária.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Na avaliação da disposição do respondente em participar de mobilizações políticas pela biblioteca, 57,1% (4) deram nota 5, 28,6% (2) deram nota 2 e 14,3% (1) deram nota 4 (Gráfico 40).

Gráfico 40 - Disposição em participar de mobilizações políticas pela biblioteca.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A disposição para participar de mobilizações políticas, com destaque para notas altas, sinaliza um potencial de engajamento que ainda não foi totalmente canalizado. No entanto, a percepção de que formações em *advocacy* são “úteis, mas não prioritárias” pode indicar uma subestimação do papel da capacitação política estratégica, contradição que, segundo Spudeit, Moraes e Correa (2016), é comum em categorias em processo de amadurecimento político.

A ênfase na unidade de categoria como principal desafio ressoa a ideia de que, sem coesão, as pautas políticas tendem a ficar fragilizadas. Como alerta Gramsci (1978), a hegemonia cultural e política só é possível quando um grupo consegue se organizar em torno

de objetivos comuns, no caso dos bibliotecários, a defesa de políticas públicas consistentes para o livro, leitura e bibliotecas.

Com relação a percepção das pessoas bibliotecárias sobre a Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas as respostas se distribuíram conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Percepção sobre a Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas.

B1	A Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas (PNLLLB) é uma lei brasileira que busca promover o acesso ao livro e à leitura, fortalecer as bibliotecas e formar leitores. Em essência, ela serve como um guia para que o governo, a sociedade civil e o setor privado trabalhem juntos na democratização do acesso à informação e à cultura. Como bibliotecário, vejo a PNLLLB como uma ferramenta vital, mas com desafios. Ela é fundamental para reconhecer a importância das bibliotecas, mas sua implementação total ainda depende de mais investimento e esforço coordenado.
B2	Essencial para formar um país de leitores críticos e impactar positivamente a educação, cultura, democracia do país. Contudo, as ações nacionais e locais que vemos até o momento, deixam muito a desejar na concepção, na implementação, nos resultados e impactos para o Setor.
B3	Ela é estratégica para garantir acesso à diversidade de informações, auxiliando no desenvolvimento social e cultural.
B4	Boa, porém a morosidade em sua implementação de fato e de direito é extremamente lenta.
B5	Percebo que é sim em geral é bem articulada, mas precisamos em quanto profissionais estarmos atentos na defesa da efetivação da sua aplicação.
B6	Uma política que fortalecerá a sociedade no desenvolvimento social, cultural, educacional e informacional.
B7	A criação de mais bibliotecas ambulantes nos bairros e comunidades, seria uma boa opção para a conscientização e incentivo à leitura.

Fonte: Dados da pesquisa 2025.

As pessoas bibliotecárias reconhecem a PNLLB como estratégica e necessária para a democratização do acesso à informação e ao livro, além de seu potencial para o desenvolvimento sociocultural e educacional alinhando-se ao discurso legal e à visão de autores como Bobbio (2000), para quem as políticas públicas são instrumentos de concretização de direitos.

No entanto, prevalece uma visão cética quanto à efetividade da política, marcada por adjetivos como “morosidade”, “ação lenta” e “implementação frágil”. Essa crítica evidencia uma dissociação entre o plano normativo e a realidade prática, problema já apontado por Spudeit, Moraes e Correa (2016) quando discutem a falta de participação contínua dos bibliotecários na fiscalização e no acompanhamento das políticas.

A fala de B2, que destaca a lacuna entre a concepção e os resultados, e a observação de B5 sobre a necessidade de “estar atento na defesa da efetivação” mostram que os bibliotecários já se veem como agentes de controle social, ainda que não sistematicamente organizados como tal. Isso dialoga com a ideia de Almeida Júnior (1995) de que o bibliotecário deve assumir um papel ativo e revolucionário, saindo da posição cômoda do executor técnico.

Sobre as recomendações diretas ao poder público municipal sobre as bibliotecas de João Pessoa as respostas são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Recomendações ao poder público.

B1	<p>A recomendação direta seria: Priorizar a qualificação e o investimento nas bibliotecas públicas existentes, transformando-as em centros culturais vibrantes e acessíveis para toda a população.</p> <p>Em vez de focar na construção de novas estruturas, o poder público de João Pessoa deveria direcionar recursos para:</p> <p>Reforma e modernização: Tornar os espaços físicos mais acolhedores, funcionais e com infraestrutura tecnológica adequada (internet de alta velocidade, computadores e pontos de recarga).</p> <p>Ampliação e diversificação do acervo: Comprar livros, e-books, audiolivros e periódicos atualizados e relevantes, atendendo a todos os públicos e interesses.</p> <p>Capacitação dos profissionais: Oferecer treinamento contínuo para os bibliotecários, capacitando-os para atuar como mediadores de leitura, promotores de eventos e gestores culturais.</p> <p>Programação cultural: Criar uma agenda regular de atividades, como oficinas, clubes de leitura, contações de histórias, exposições e palestras, que atraiam a comunidade e transformem a biblioteca em um polo de encontro e aprendizado.</p> <p>A biblioteca pública deve ser vista como um investimento social fundamental, não como um gasto. Ao fortalecê-la, o município de João Pessoa investe diretamente na educação, cultura e cidadania de seus moradores.</p>
B2	<p>Cícero, Secretaria de Educação, Funjope, cadê a biblioteca pública municipal, a proposta de sistema municipal de bibliotecas públicas, a. LOA e o PPA para os próximos anos? Desde 2007, João Pessoa espera pela sua biblioteca municipal.</p>

B3	Valorização e manutenção dos espaços de leitura com a participação efetiva de profissionais bibliotecários.
B4	Coloquem em prática o mais rápido possível o que está determinado no PNLLB.
B5	Que há a necessidade urgente de um trabalho forte com relação as bibliotecas públicas da cidade, é ela que em geral traz o primeiro contato com as leituras e são equipamentos fundamentais para a formação de cidadãos leitores,.
B6	Investir no profissional Bibliotecário para melhorar o acesso ao Livro e a Leitura, e como consequências teremos o reconhecimento das Bibliotecas como unidades de informação importantes para a sociedade.
B7	Que se comprometam mais com projetos relevantes em prol de uma educação para todos.

Fonte: Dados da Pesquisa 2025.

As recomendações direcionadas ao município revelam um diagnóstico preciso e propositivo sobre as carências locais, com foco em gestão, investimento e valorização profissional. Podemos destacar três eixos centrais:

- a) **Infraestrutura e gestão das bibliotecas existentes:** recomenda-se modernizar espaços, ampliar acervos e promover programação cultural contínua - o que mostra uma compreensão da biblioteca como equipamento dinâmico e integrado à comunidade, não como depósito de livros.
- b) **Valorização do bibliotecário como mediador e gestor:** a exigência de maior participação profissional na formulação e implementação de políticas - e a crítica à ausência de bibliotecários concursados - reflete a luta pelo reconhecimento da expertise técnica e pela inserção em espaços de decisão, tema caro a Ribeiro, Miranda e Reis (2013).
- c) **Fortalecimento do Sistema Municipal de Bibliotecas:** A cobrança por uma biblioteca municipal e por um sistema integrado (como falado por B2) indica a consciência da necessidade de institucionalização das políticas, evitando a descontinuidade apontada como principal obstáculo na seção anterior.

As respostas das pessoas bibliotecárias reforçam a discrepância entre o potencial das políticas e sua execução deficiente, mas também sinalizam um amadurecimento político da categoria, que já identifica caminhos para superar essa lacuna: maior articulação entre

profissionais, entidades de classe e poder público; pressão por implementação efetiva e monitoramento das políticas; reivindicação de espaços formais de participação, como fóruns e conselhos. Essa postura crítica e propositiva sintoniza com o que é trazido por Spudeit, Moraes e Correa (2018) que defendem uma Biblioteconomia progressista e apontam que a atuação política não é uma opção, mas uma condição para a consolidação profissional e a garantia de direitos sociais como o livro, a leitura e as bibliotecas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar a percepção da pessoa bibliotecária em relação às políticas públicas de livro, leitura e bibliotecas, situando tal reflexão no município de João Pessoa/PB. Partiu-se da compreensão de que a realidade latino-americana, sob a perspectiva do conceito de Abya Yala, é atravessada por processos históricos de exclusão e colonialidade que impactaram diretamente o acesso à educação, à leitura e à informação. Nesse sentido, a biblioteca, longe de ser apenas um espaço técnico ou neutro, configura-se como dispositivo cultural que pode tanto reproduzir desigualdades quanto se tornar instrumento de emancipação. O problema central que orientou este estudo, revelou-se como um campo fértil para evidenciar contradições entre a formulação de marcos legais e sua efetiva implementação, assim como as tensões que atravessam a atuação profissional.

A análise histórica permitiu situar a gênese das políticas do livro e da leitura no Brasil a partir da criação do Instituto Nacional do Livro em 1937, no contexto do Estado Novo. O INL representou um marco, ao inaugurar a presença estatal na política editorial e bibliotecária, mas sua atuação foi marcada por uma ambiguidade fundamental: ao mesmo tempo em que ampliou a rede de bibliotecas, submeteu conteúdos e práticas à lógica autoritária e centralizadora do regime, tornando a democratização seletiva e instrumentalizada. Esse caráter contraditório - democratização formal, mas controle ideológico - reapareceu em diferentes momentos posteriores, seja na incorporação do Serviço Nacional de Bibliotecas, seja na própria dinâmica do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), formalizado apenas em 1992 e desde então fragilizado por disputas institucionais, instabilidade orçamentária e sucessivos deslocamentos administrativos.

O avanço mais significativo ocorreu com a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006, fruto de um processo participativo iniciado com o movimento Vivaleitura. A sanção da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) em 2018, conhecida como Lei Castilho, representou a elevação dessa agenda ao patamar de política de Estado. Ainda assim, o hiato de implementação ocorrido entre 2019 e 2022 expôs a vulnerabilidade das conquistas legais diante da ausência de vontade política. Tal diagnóstico demonstra que, embora o Brasil tenha acumulado marcos normativos robustos, a materialização em políticas contínuas e efetivas depende de compromissos institucionais que vão além da promulgação de leis.

No campo das bibliotecas escolares, a análise das leis nº 12.244/2010 e nº 14.837/2024 reforçou esse mesmo paradoxo. O primeiro dispositivo representou a conquista formal da

obrigatoriedade das bibliotecas em todas as instituições de ensino, mas carecia de mecanismos de implementação e fiscalização, revelando-se, em grande medida, inócuo. A segunda lei, ao instituir o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, trouxe avanços conceituais e estruturais, reconhecendo a biblioteca como equipamento cultural e educacional, mas encontra-se ainda em fase inicial de consolidação. O desafio, mais uma vez, é transformar letra de lei em política viva.

O recorte paraibano e pessoense mostrou-se emblemático. Os dados mais recentes revelam índices de analfabetismo que colocam a Paraíba entre os três estados com maior taxa no país, além de evidenciar disparidades sociais profundas. No município de João Pessoa, a ausência de um Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas configura um “vazio de gestão” que compromete a articulação das políticas estaduais e federais. Ainda que tenham sido aprovados o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas em 2023 e do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas em 2024, a ausência de alinhamento político e de dotação orçamentária consistente ameaça a efetividade desses instrumentos. A promulgação da lei estadual, apesar de representar um avanço normativo, ocorreu em contexto de conflito entre os poderes Executivo e Legislativo, revelando sua fragilidade inicial. Essa análise sugere que o principal entrave paraibano não é a falta de legislação, mas a resistência em transformá-la em prioridade governamental.

No campo empírico, a pesquisa com as pessoas bibliotecárias de João Pessoa evidenciou um perfil profissional qualificado, experiente e majoritariamente concursado, o que, em tese, constituiria um capital político e técnico significativo. No entanto, os dados expõem contradições gritantes que explicam a fragilidade política da categoria:

- 1) A disjunção entre consciência e ação: enquanto 100% dos participantes atribuem importância máxima às políticas públicas para a sobrevivência das bibliotecas, 57,1% não tiveram acesso a esta temática em sua formação acadêmica. Há, portanto, um reconhecimento da relevância política sem a devida instrumentalização teórica e prática.
- 2) O engajamento formal versus a participação: a alta filiação a entidades de classe (CRB-15 E APB-PB) contrasta com a baixíssima participação em instâncias deliberativas. A participação política resume-se majoritariamente a uma atuação reativa e pontual, e não uma intervenção estratégica e contínua na formulação de políticas públicas.
- 3) A crença no potencial e a descrença na eficácia coletiva: é significativo que 100% dos participantes acreditem no poder transformador de sua atuação

individual, mas 71,4% percebiam a categoria como desunida e fragmentada. Esta contradição gera um paradoxo paralisante: a fé na capacidade individual é anulada pela descrença no poder coletivo.

- 4) A percepção de invisibilidade e a postura espectadora: a valorização profissional foi unanimemente eleita como a área mais negligenciada. No entanto, esta crítica não se converte em uma agenda de luta coletiva organizada. A categoria, em grande medida, espera ser valorizada, em vez de construir coletivamente as condições para essa valorização.

Essas dissonâncias não são acidentais. Elas são a expressão de uma formação profissional que não prioriza o técnico em detrimento do político, e de uma cultura de desmobilização que fragiliza a ação coletiva. O resultado é a perpetuação de um ciclo perverso: a desinformação gera desengajamento; o desengajamento garante a inefetividade das políticas e a inefetividade reforça a descrença e a desinformação.

Evidencia-se, assim, que o fortalecimento da participação da pessoa bibliotecária na formulação e execução de políticas públicas em João Pessoa requer uma transição do modelo técnico-operacional para uma atuação política estratégica. Conforme demonstrado por Secchi, Coelho e Pires (2020), as políticas públicas constituem-se como processos dinâmicos cuja efetividade depende da participação qualificada dos atores diretamente impactados. Esta premissa encontra eco em Souza (2007), para quem a ação estatal é, na verdade, resultado de complexos jogos de força e pressão social organizada. No contexto da Biblioteconomia, os estudos de Spudeit e Lobão (2018) e Brayner e Mattos (2018) revelam que a histórica invisibilidade da categoria nas políticas do livro e leitura decorre não de incapacidade técnica, mas da fragilidade na articulação coletiva e na ocupação sistemática dos espaços decisórios.

A superação deste cenário, portanto, depende da construção de uma agenda unificada que permita à pessoa bibliotecária transitar de uma participação pontual e reativa para uma incidência política permanente e propositiva, por meio da institucionalização de fóruns de deliberação, do estabelecimento de protocolos de relacionamento com o poder público e do desenvolvimento de estratégias coordenadas de *advocacy* e *accountability*, alinhando-se à concepção de Valentim (2018) sobre o bibliotecário como agente político essencial para a democratização do acesso à informação.

Em conclusão, esta pesquisa demonstra que o problema central não reside na ausência de leis, mas na frágil capacidade da pessoa bibliotecária em João Pessoa de se constituir como um sujeito político coletivo e influente. A transição de uma Biblioteconomia técnica para uma

Biblioteconomia política socialmente engajada é o desafio geracional que se impõem. A transformação da realidade das bibliotecas e a consolidação do direito à leitura e a à informação não serão concessões do poder público, mas conquistas de uma categoria que, organizada estrategicamente, decida ocupar seu lugar no espaço público. O potencial, como demonstram a qualificação e a crítica aguda dos participantes, existe. Cabe agora à categoria transformar este potencial em poder de transformação.

Este estudo, embora tenha cumprido seu objetivo de investigar as percepções da pessoa bibliotecária acerca das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas e suas atuações no município de João Pessoa/PB, enfrentou limitações estruturais que devem ser reconhecidas. A principal delas reside no quantitativo de participantes (sete pessoas bibliotecárias), que, apesar de ter fornecido um corpus rico para uma análise qualitativa inicial, impede qualquer generalização estatística para o conjunto da categoria em João Pessoa. Outro fator limitador se encontra no reduzido prazo, de apenas cinco dias corridos, para que os integrantes do grupo pudessem responder ao questionário. Prazo este motivado também pela alteração do calendário acadêmico que reduziu o prazo de entrega das monografias em três dias. Ademais, a pesquisa esbarrou na escassez de informações públicas e documentais detalhadas sobre os processos de formulação e implementação do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB-PB) e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP-PB). Esta falta de transparência e de registro público dificultou uma análise mais profunda da trajetória dessas políticas, limitando a discussão ao arcabouço legal formal em contraste com as percepções dos profissionais.

As lacunas identificadas apontam para caminhos promissores de investigação. Para superar a limitação amostral, recomenda-se a realização de um levantamento quantitativo de abrangência estadual, capaz de traçar um perfil mais representativo da categoria paraibana e mapear, com maior precisão, os níveis de informação e engajamento político, bem como uma pesquisa voltada para a memória das políticas públicas do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas na Paraíba que vivem em total silenciamento, provocando em alguns casos ocultamento de informações.

É premente a realização de pesquisas dedicadas especificamente à gênese e à trajetória institucional do PELLLB-PB e do SEBP-PB, através de estudos de caso que utilizem metodologias como análise documental aprofundada e entrevistas com os atores-chave envolvidos em sua elaboração (parlamentares, gestores, técnicos e lideranças da sociedade civil). Isso permitiria desvendar os jogos de interesse, as disputas e os arranjos institucionais

que moldaram essas políticas. Ademais, investigar a formação em políticas públicas e *advocacy* nos currículos dos cursos de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Bibliotecário é um profissional apolítico?. In: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, S. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, R. J. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário**. São Paulo: Apb, 1995.
- ALMEIDA, Juliana Maria Fernandes de. Políticas públicas para o livro, a leitura e a bibliotecas: o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará em foco. 2024. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, UFC, 2024.
- AMORIM, Simone Rodrigues. A abordagem da cidadania cultural na formulação do plano nacional do livro e leitura – PNLL. 2009. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2009.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: Biblioteca Pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.
- ASSIS, Márcio Barbosa de. GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. Políticas públicas: marco legal para as bibliotecas escolares. Em *Questão*, v. 28, n. 1, pp. 327-352. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112007>. Acesso em: 28 set. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação brasileira no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- BRAGANÇA, Aníbal. **As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)** Matrizes, vol. 2, núm. 2, 2009, pp. 221-246 Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232>. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. Poder Executivo. Decreto-lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. (Exposição de Motivos) Rio de Janeiro: 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 set. 2025. Publicado originalmente em Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937, página 25586.

BRASIL. Decreto nº 51.223 de 22 de agosto de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de agosto, 1961.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em:

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12244.htm. Acesso em:

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: contexto, 2021.

BRAYNER, Cristian José Oliveira Santos; MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. O Bibliotecário (In) visível: o poder e as narrativas na política nacional do livro. In: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018.

BRITO, Antônio de Pádua de Lima. **A produção social de políticas públicas para o livro e leitura no Brasil**: do patronato joanino ao PNLL. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, UnB, 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Escolas de JP têm até 2020 para possuírem bibliotecas e CMJP debate o assunto. João Pessoa, 17 abr. 2017. Disponível em: https://antigo.joaopessoa.pb.leg.br/imprensa/noticias/escolas-de-jp-tem-ate-2020-para-possuir-em-bibliotecas-e-cmjp-debate-assunto?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 ago. 2025.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. **Inquietações à reforma de uma lei**: olhares sobre a biblioteca escolar. Biblionline, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 94-101, abr/jun., 2017. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002883469>. Acesso em: 27 ago. 2025.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. **Políticas públicas do livro e leitura**: um conceito em aberto. Inf. Inf., Londrina, v. 27, n. 2, p. 145 – 168, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/45095>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CAMPOS, Elisa Machado. **Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Políticas públicas de fomento à leitura no Brasil**: uma análise (1930-2014). Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1477-1497, out./dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623675138>. Acesso em: 09 set 2025.

CORRÊA, Cintia Chung Marques; DORO, Fernanda Gonçalves. **Origem e trajetória do Plano Nacional do Livro e do Material Didático e a relação com o desenvolvimento de formação de leitores.** Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, 2023. Disponível em: DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2023.208554 . Acesso em: 24 set. 2025.

Costa, Luciana Ferreira da. Jemima Marques de Oliveira: origens, vida, contribuições, lembranças e saudades. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação.** v. 20, p. 1-20, maio. 2024. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2067>. Acesso em: 29 set. 2025.

DURBAN ROCA, G. **Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola.** Porto Alegre: Penso, 2012.

DUQUE-CARDONA, Natalia; Velásquez, Juan Vicente. **La labor bibliotecaria o bibliotecológica: la necesidad de una práctica política en el Sur Global.** Escritos, Medelin, v. 31, n. 66, p. 109-125, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.upb.edu.co/index.php/escritos/article/view/8222> Acesso em: 08 ago. 2025.

FARIAS, Fabiola Ribeiro; BRITTO, Luiz Percival Leme. **A lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise.** Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 12, n. 3, p. 826–836, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.19155. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão.** Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 111-126, jan/jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10086>. Acesso em: 08 ago. 2025.

FERREIRA, Maria Mary; MARTINS, Carlos Wellington. **Políticas públicas de bibliotecas, leitura e escrita no Brasil.** Revista de políticas públicas, v. 26, n. esp., p. 546-563, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20301>. Acesso em: 25 set 2025.

Holanda, S. B. **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico: do império à república.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAMAS, Thais de Almeida. A importância da atuação política do profissional de informação. In: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia.** São Paulo: Abecin, 2018.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 15 set. 2025.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JUNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação

sócio-política do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.14, número especial, p.115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22671/18255>. Acesso em: 07 ago. 2025.

MARQUES NETO, J. C. Prefácio - Plano Nacional do Livro e Leitura: os primeiros quatro anos e o futuro. In: MARQUES NETO, J. C. (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MENEZES, Mário; MENDES, Luciano. O silêncio, o silenciamento e o silêncio cúmplice como mecanismos de perpetuação do racismo nas organizações. *Cad. EBAPE.BR*, v. 21, nº 6, p. 1-11. fev. 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220233>. Acesso em: 28 set. 2025.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção: biblioteca centro de cultura**. 3. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 1997.

MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MONTE-MÓR, Jannice. A Biblioteca Nacional e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 8, n. 1/3, p. 46-53, jul./set. 1976.

MOURA, Maria Aparecida. Informação e cultura política: desafios para formação humana do campo da Biblioteconomia. In: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; BRITO, Rosa Zuleide Lima de. Diagnósticos em bibliotecas escolares brasileiras: bibliografia comentada. In: OHIRA, Maria Lourdes Blatt; TREVISOL NETO, Oreste; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa (orgs.). **Biblioteca na escola e a lei nº 12.244/2010: mapeamento da produção científica e acadêmica**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2024. Ebook. Disponível em: https://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1435/1/Biblioteca%20na%20escola%20e%20a%20Lei%20n%2012244-210%20-%20CFB%20ebook%2024092024_compressed.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt.; TREVISOL NETO, Orestes; SENA, Priscila Machado Borges; PIZZORNO, Ana Claudia Philippi; BARRETO, Mônica Valério **Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina**. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1931>. Acesso em: 24 set. 2025.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 - 1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, USP, 1994.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. A organização social do conhecimento no Instituto Nacional do Livro durante o Estado Novo no Brasil: da terminologia à ideologia. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista. Marília, USP, 2025.

ORÍÁ, Ricardo. **Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise da aplicação da Lei nº 12.244/2010**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017. 32 p.

PAIVA, Marília de Abreu Martins. **Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Coletânea de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. Ebook. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

PARAÍBA. Decreto nº 43.991, de 15 de agosto de 2023. Institui o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Paraíba e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 15 ago. 2023. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2023/agosto/diario-oficial-16-08-2023.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

PARAÍBA. Lei nº 13.234, de 13 de maio de 2024. Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PELLLB) do Estado da Paraíba. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 13 maio. 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pb/lei-ordinaria-n-13234-2024-paraiba-institui-o-plano-estadual-d-o-livro-leitura-literatura-e-biblioteca-pelllb-do-estado-da-paraiba-com-o-fim-de-assegurar-a-todos-o-acesso-ao-livro-a-leitura-e-a-literatura>. Acesso em: 14 set. 2025.

PORTO, Rosane Teresinha Carvalho; DIEHL, Rodrigo Cristiano. Os novos desafios das políticas de inclusão social na promoção da cidadania: o vale encantado da globalização. In: COSTA, Marli Marlene Moraes da; LEAL, Mônica Clarissa Hennig. **Políticas públicas e demandas sociais: diálogos contemporâneos II**. Porto Alegre: Imprensa livre, 2016. Ebook. Disponível em: [https://app.eventize.com.br/upload/001269/files/2016%20-%20Políticas%20Publicas%20e%20Demandas%20Sociais%20II%20-%20Sem%20Nac%202016\(2\).pdf](https://app.eventize.com.br/upload/001269/files/2016%20-%20Políticas%20Publicas%20e%20Demandas%20Sociais%20II%20-%20Sem%20Nac%202016(2).pdf). Acesso em: 13 ago. 2025.

RIBEIRO, Geisa Müller de Campos. GOMES, Suely Henrique. ESTRELA, Hevellen. Formação e participação política do bibliotecário. INVESTIGACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA, vol. 35, núm. 86, jan./mar., 2021, México, pp. 123-141. Disponível em: <https://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/issue/view/4481>. Acesso em: 08 out. 2025.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas. **Ci. Inf., Brasília**, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300017>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, Elis Gabriela Copas dos. **Advocacy Bibliotecário: mapeamento de iniciativas ao redor do mundo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SENA, Priscila Machado. **Retrato das bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**: relatório técnico. Florianópolis: CRB-14, 2021. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/RETRATO-BIB-ESCOLAS-SC-CRB-14-PUBLICO%2040%20paginas.pdf>. Acesso em: 25 set 2025.

SILVA, Gilvanedja Mendes Ferreira da. Por uma Biblioteconomia progressista: menos técnicos, mais agentes de transformação social. In: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Desafios e perspectivas para a formação política dos profissionais da informação diante das demandas do mundo do trabalho e da sociedade. In: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Órgãos de classe: constituições no campo da CI, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Revista Biblioo**: Cultura Informacional, Rio de Janeiro, 23 dez. 2016. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/orgaos-de-classe/>. Acesso em: 08 out. 2025.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas, Ranganathan e a agenda 2030**: diálogos possíveis. RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 17, n. 2, p. 249-265, maio/ ago. 2024. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n2.2024.53676>. Acesso em: 25 ago 2025.

SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LÜCK, Esther Hermes. **O papel do Sistema Nacional de Bibliotecas na construção de políticas públicas**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 15, n. 2, maio/ago., 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1221>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LÜCK, Esther Hermes. **A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 14, n. esp. 45 anos, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1078>. Acesso em: 13 ago 2025.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). Sistemas estaduais. Brasília, [2017?]. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/sistemas-estaduais/>. Acesso em: 14 set 2025.

SOUZA, Elisabete Gonçalves. **Políticas públicas e bibliotecas no Brasil**: conhecendo o sistema nacional de bibliotecas públicas - SNBP. Inf. Inf., Londrina, v. 25, n. 4, p. 357 – 376, out./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38043>. Acesso em: 10 set. 2025.

SOUZA, J. Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. Biblos, Rio Grande, v.

31, n. 2, p. 99–129, 2017. DOI: 10.14295/biblos.v31i2.6817. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6817>. Acesso em: 10 set. 2025.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

SPUDEIT, Daniela; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage. O fazer político na Biblioteconomia: atuação dos conselhos, sindicatos e associações de Biblioteconomia. *In*: SPUDEIT, Daniela; BORGES, Danielle Pereira; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage; DAVID, Jéssica Glienke. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018.

SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle Barros de; CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. *REBECIN*, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin>>. Acesso em: 08 out. 2025.

Taxa de analfabetismo na Paraíba mantém queda, mas é a terceira maior do país. 13 jun. 2025. Disponível em: [https://jornaldaparaiba.com.br/educacao/paraiba-e-o-terceiro-estado-com-maior-taxa-de-analfabetismo-entre-pessoas-a-partir-dos-15-anos#:~:text=Publicado%20em%2013%2F06%2F2025%20%C3%A0s%2010%3A07&text=A%20Para%C3%ADba%20%C3%A9%20terceiro%20estado,sexta%2Dfeira%20\(13\)](https://jornaldaparaiba.com.br/educacao/paraiba-e-o-terceiro-estado-com-maior-taxa-de-analfabetismo-entre-pessoas-a-partir-dos-15-anos#:~:text=Publicado%20em%2013%2F06%2F2025%20%C3%A0s%2010%3A07&text=A%20Para%C3%ADba%20%C3%A9%20terceiro%20estado,sexta%2Dfeira%20(13).). Acesso em: 08 ago. 2025.

TERMÔMETRO DA POLÍTICA. ALPB derruba veto do governador e torna lei projeto de Cida que institui o Plano Estadual do Livro. 7 maio. 2024. Disponível em: <https://www.termometrodapolitica.com.br/politica/noticia/2024/05/07/alpb-derruba-veto-do-governador-e-torna-lei-projeto-de-cida-que-institui-o-plano-estadual-do-livro/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. Interdito e silêncio: análise de alguns enunciados. *Ágora*, v. 16, n. 1., jan./jun. 2013. p. 39-56. Disponível em: <http://scielo.br/j/agora/a/8JhfRv3hqfxNSbHzBH7ZLYj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2025.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS

Perfil Sociodemográfico

1. Identidade de gênero
2. Com relação à cor da pele, como você se autodeclara?
3. Idade
4. Você atua como bibliotecário?
5. Tempo de atuação como bibliotecário?
6. Grau de formação/titulação
7. Vínculo empregatício
8. Você atua em alguma biblioteca?
9. Caso a resposta anterior tenha sido “sim”, em qual tipologia de biblioteca você atua?
10. Qual é o seu principal setor de atuação?
11. Registro profissional
12. Participa de associações, conselhos ou entidades de classe?
13. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido “sim”, de qual entidade de classe você participa ou já participou?

Perfil Percepções sobre políticas públicas

14. Durante a graduação, você estudou conteúdos sobre políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas?
15. Em uma escala de 1 a 5, avalie a relevância atribuída a esse tema na sua formação inicial.
16. Em uma escala de 1 a 5, avalie a importância das políticas públicas para a sobrevivência das bibliotecas.
17. Você percebe diferenças entre políticas nacionais e municipais em termos de efetividade?
18. Você considera que os bibliotecários de João Pessoa estão informados sobre as políticas públicas da área?
19. As políticas públicas em João Pessoa são construídas de forma participativa?
20. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia seu conhecimento geral sobre as principais políticas públicas nacionais para o livro, leitura e bibliotecas?
21. Você conhece a Lei 12.244/2010 e a Lei 14.837/2024 (sobre bibliotecas escolares)?
22. Você conhece o decreto nº 43.991/2023 (SEBP-PB)?
23. Você conhece a lei 13.234/2024 (PELLLP-PB)?
24. Na sua percepção, essas políticas nacionais e estaduais têm sido aplicadas de forma efetiva em João Pessoa?
25. Em uma escala de 1 a 5, como você avalia a execução prática das políticas públicas para bibliotecas no município de João Pessoa?
26. Você considera que as políticas públicas atuais estão mais voltadas para: (infraestrutura, acervo, formação de leitores, valorização profissional, nenhuma).
27. E na sua opinião, qual dessas áreas é a mais negligenciada?
28. Você acredita que existe continuidade nas ações e políticas públicas entre diferentes gestões governamentais em João Pessoa?
29. As políticas públicas para bibliotecas em João Pessoa são construídas de forma participativa, com a contribuição de bibliotecários e da sociedade civil?

Atuação do bibliotecário

30. Você é filiada(o) a(o)?

31. Na sua opinião, qual é a importância da atuação do bibliotecário na formulação e implementação de políticas públicas?
32. Você já participou, de alguma forma, de processos relacionados à criação, discussão ou implementação de políticas públicas para a área do livro, leitura e bibliotecas?
33. Caso sim, qual foi a natureza da sua participação?
34. Em qual esfera governamental você já atuou ou acompanhou essas políticas públicas?
35. Em uma escala de 1 a 5, avalie sua participação política como bibliotecário(a/e).
36. Em sua prática profissional, você defende ou discute ativamente a importância das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas?
37. Caso sua resposta anterior tenha sido "Raramente", qual é o principal obstáculo à sua atuação na defesa de políticas públicas?
38. Qual ação você mais realiza em defesa das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas?
39. Você acredita que a categoria dos bibliotecários em João Pessoa atua de forma coletiva e unida na defesa de políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas?
40. Você considera que há espaço institucional para bibliotecários influenciarem decisões públicas?
41. Você acredita que a atuação bibliotecária pode modificar a realidade das bibliotecas públicas/escolares de João Pessoa?

Efetividade e obstáculos

42. De maneira geral, como você avalia a efetividade das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa?
43. Na sua experiência, qual é o maior obstáculo para a implementação bem-sucedida dessas políticas?
44. Na sua opinião, quais são as três ações mais importantes para melhorar as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no município de João Pessoa?

Recomendações e futuro

45. Você considera necessária a criação de um fórum municipal permanente de bibliotecários em João Pessoa?
46. Em uma escala de 1 a 5, avalie o grau de urgência para a criação desse espaço de articulação.
47. Quais estratégias você acredita que poderiam fortalecer a atuação política do bibliotecário?
48. Você acredita que formações específicas em *advocacy* (como defender causas) são necessárias para os bibliotecários?
49. Em sua percepção, qual entidade deve liderar a articulação política da categoria bibliotecária em João Pessoa?
50. Você considera que a categoria bibliotecária precisa construir uma maior unidade política para avançar em suas pautas?
51. Em uma escala de 1 a 5, avalie sua disposição pessoal em participar de mobilizações políticas (como abaixo-assinados, reuniões com vereadores etc.) pela biblioteca.
52. Qual sua percepção sobre a Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas?
53. Se pudesse deixar uma recomendação direta ao poder público municipal sobre as bibliotecas de João Pessoa, qual seria?